



UNIVERSIDADE DO MINDELO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, JURÍDICAS E SOCIAIS

**CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIA POLÍTICA E
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**A BIPOLARIZAÇÃO PARTIDARIA E O
DESENVOLVIMENTO DEMOCRÁTICO DE CABO VERDE**

SAMMY DAVID DELGADO DA GRAÇA

Mindelo, dezembro de 2015



Departamento de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais
Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais

TÍTULO DA MONOGRAFIA:

A bipolarização partidária e o desenvolvimento
Democrático de Cabo Verde

AUTOR: SAMMY DAVID DELGADO DA GRAÇA

ORIENTADOR: MESTRE ARCÁDIO LOPES

MINDELO, 2015

Autor: Sammy David Delgado da Graça

Título: Bipolarização Partidária e a democracia em Cabo Verde

DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE

Declaro que esta monografia é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas, nos anexos e na bibliografia.

O Candidato,

Sammy David Delgado da Graça,

Mindelo dezembro de 2015.

“Trabalho apresentado à Universidade do Mindelo
como parte dos requisitos para obtenção do grau de
licenciatura em Ciência Política e Relações
Internacionais”.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a toda a minha família, em especial a:

- A minha mãe Maria Olinda Lima Delgado.
- Ao meu pai Ernesto Silvestre da Graça que faleceu no decorrer da elaboração deste trabalho (in memoriam).
- E a minha avó Antónia Maria Lima (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Expresso a minha gratidão a todos que de alguma forma contribuíram par a realização deste objetivo.

- Particularmente a minha família que desde a primeira hora me incentivou e fez acreditar de que era capaz. Á todos um muito obrigado;
- A Jéssica Simões, pela compreensão e pelo apoio manifestado;
- Ao Mestre Arcádio Lopes pela ajuda e pela paciência demonstrada durante o trabalho, foi uma honra trabalhar sob sua orientação;
- Agradeço de forma especial aos meus amigos Lavínio Conceição, e Éder Duarte por toda a ajuda e disponibilidade, que sempre demonstrou de forma incondicional;
- Ao Sr. Adriano Santos pelas bibliografias disponibilizadas;
- As elites políticas, entrevistados pela disponibilidade e colaboração prestadas na realização deste trabalho;
- A Universidade do Mindelo, na pessoa do reitor desta Universidade Dr. Albertino Graça;
- Ao Celestino, funcionário da biblioteca da Universidade do Mindelo pelas ajudas e pela paciência que demonstrou e prontidão em me ajudar;

A todos aqueles que não sendo mencionados aqui, contribuíram e incentivaram de algum modo na conclusão deste trabalho. A todos um obrigado.

RESUMO

O presente trabalho intitulado “A Bipolarização Partidária e o Desenvolvimento Democrático de Cabo Verde”, insere-se no âmbito do curso de licenciatura em ciência política e relações internacionais pela Universidade do Mindelo, e pretende analisar o fenómeno da bipolarização partidária em Cabo Verde e analisar de que maneira que este poderá ter ou não implicações no quotidiano democrática do povo cabo-verdiano.

E para se chegar a conclusão final de que existe ou não bipolarização política e se este exerce influências na democracia, nos focamos num conjunto de aspetos ligados a este tema como a participação política, o sistema eleitoral, o sistema representativo. Partindo deste pressuposto este trabalho conta com a contribuição expressa de entidades locais ligadas a política nacional e que se disponibilizaram a dar a sua contribuição para enriquecer ainda amais a análise deste tema, contrapondo estas opiniões com os dados de sites oficiais ligados a temática em estudo.

Palavras-chaves: Cabo Verde, Bipolarização partidária, participação política, desenvolvimento democrático

ABSTRACT

This work entitled "The Partisan Bipolarization and Democratic Development of Cape Verde", is part of the framework of the degree course in political science and international relations from the University of Mindelo.

The objective of this project is to analyze the phenomenon of the partisan polarization in Cape Verde, realizing that way if this political phenomenon may or may not have implications in the everyday democratic life of the Cape Verdean people.

We also intend to reach the final conclusion that there is or not political bipolarization and if this has influences on the democracy, we focus on a set of aspects related to this issue such as political participation, the electoral system and the representative system.

On that basis, this work has the explicit contribution of local entities linked to national policy, who agreed to give their contributions to enrich this theme, contrasting these points of views with data from official websites, increasing the quality of these work.

Keywords: Cape Verde, partisan bipolarization, political participation, democratic development

LISTA DE ABREVIATURAS

ADM- Aliança democrática para a mudança

ADM- Aliança democrática para a mudança

ANP- Assembleia Nacional Popular

BO- Boletim Oficial

CEDEAO- Comunidade económica dos Estados da África Ocidental

CECV- Código Eleitoral de Cabo Verde

CEI- Casa dos estudantes do império

CNE- Comissão Nacional de Eleições

CRCV- Constituição da República de Cabo Verde

D- Índice de desproporcionalidade

EUA- Estados unidos da América

FLIGC- Frente de libertação da Guiné e Cabo Verde

FNLA- Frente Nacional para a Libertação de Angola

FRELIMO- Frente da Libertação de Moçambique

GM- Guerra Mundial

INE-Instituto Nacional de Estatística

JAACCV -Juventude Amílcar Cabral de Cabo Verde

LOPE- Lei de Organização Política do Estado

MLG- Movimento da libertação da Guiné-Bissau

MLGCV- Movimento de libertação da Guiné e Cabo Verde

MLSTP- Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe

MPD- Movimento para a Democracia

MPLA- Movimento Popular de Libertação de Angola

NEPP- Numero efetivo de partidos parlamentares

OMCV -Organização das Mulheres de Cabo Verde

ONU- Organização das Nações Unidas

OPAD-CV -Organização dos Pioneiros de Cabo Verde

PAICV- Partido Africano da Independência de Cabo Verde

PAIGC- Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde

PALOP- Países Africanos de Língua Oficial portuguesa

PCD- Partido da Convergência Democrático

PIDE- A Polícia Internacional e de Defesa do Estado

PRD- Partido da renovação Democrática

PSD- partido Social Democrata

PTS- Partido do Trabalho e Solidariedade, Democrática

RDAG- Reunião democrática africana da

UPG- União das populações da Guiné

UCID- União Cabo-verdiana e Independência

UDC-união democrática de cabo verde

UNITA- União Nacional para a Independência Total de Angola

UPICV - União do Povo das Ilhas de Cabo Verde

URSS- União das repúblicas socialista soviética

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1- Resultado das Primeiras Eleições Legislativas de 13 de janeiro de 1991	15
Tabela 2- Resultados por Ilhas das Primeiras Eleições Presidenciais de 13 de fevereiro de 1991	17
Tabela 3- Partidos que Participantes nas Eleições em Cabo Verde desde 1991/ 2011 ..	24
Tabela 4- Órgãos do poder Político Eleitos por Sufrágio Direto e Universal	35
Tabela 5- Classificação dos Circos Eleitorais em Cabo Verde	36
Tabela 6- Desproporcionalidade e o Numero Efetivo de Partidos Políticos em Cabo verde	37
Tabela 7- Circos Eleitorais Nacionais no Estrangeiro	39
Tabela 8- Distribuição de mandatos de acordo com o Método DHondt	42
Tabela 9- Participação Política Latente e Manifesta	47
Tabela 10- A Evolução dos Valores da Abstenção nas Legislativas.....	49
Tabela 11- Argumentos do voto Obrigatório e Facultativo.....	53
Tabela 12- Evolução da distribuição dos mandatos na Assembleia nacional de Cabo Verde	59
Tabela 13-Índice de Democracia (2015) (Economist Intelligence Unit – 167 países)...	63
Tabela 14- Índice de Democracia (2011) (Fundação Mo Ibrahim – 53 países africanos)	65
Tabela 15- Nível de Confiança das Instituições Democráticas democrática.....	67

ÍNDICE DE QUADROS

Gráfico 1 Opinião dos cabo-verdianos quando questionados se " a assembleia nacional reflete ou não o eleitorado cabo-verdiano"	38
Gráfico 2 Valores da Abstenção nas Legislativas	49
Gráfico 3 Abstenção nas Legislativas e Presidenciais.....	50
Gráfico 4 Ambição dos líderes políticos No Parlamento	61
Gráfico 5 Opinião dos Cabo-verdianos em Relação a Democracia	66
Gráfico 6 Interesse por Assuntos Políticos.....	68

“Ninguém pretende que a democracia seja perfeita ou sem defeito. Tem-se dito que a democracia é a pior forma de governo, salvo todas as demais formas que têm sido experimentadas de tempos em tempos”.

Winston Churchill

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 Democracia e representatividade	21
--	----

ÍNDICE

DEDICATÓRIA	iv
AGRADECIMENTOS	v
RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
LISTA DE ABREVIATURAS.....	viii
ÍNDICE DE TABELAS	x
ÍNDICE DE QUADROS	xi
1.1) INTRODUÇÃO	1
1.2) METODOLOGIA DO TRABALHO	2
CAPITULO I: REFERENCIAL TEORICO	3
1.1) Sobre a temática do estudo do conceito da Bipolarização	3
CAPITULO II: ABERTURA POLÍTICA E O IMPACTO DAS PRIMEIRAS ELEIÇÕES LIVRES	4
2.1) Ficha de Apresentação do Arquipélago de Cabo Verde.....	4
2.2) O Processo de Autodeterminação.....	5
2.2.1) O Regime Monopartidário.....	10
2.2.2) O Golpe de Estado na Guiné-Bissau e o Emergir do PAICV	12
2.3) Abertura Política.....	14
2.3.1) A Revisão Constitucional de 1990 e a Entrada no Pluripartidarismo	14
CAPÍTULO III: AS FORÇAS POLÍTICAS EM PRESENÇA NA DEMOCRACIA EM CABO VERDE.....	18
3.1) Democracia e Partidos Políticos	18
3.1.1) Democracia.....	18
3.1.2) Os Partidos Políticos.....	21
3.2) Os Partidos Políticos em Cabo Verde	23
3.2.1) P.A.I.C.V Partido Africano da Independência de Cabo Verde	24
3.2.2) MPD Movimento para a Democracia.....	26
3.2.3) UCID União Cabo-verdiana Independente e Democrática	27
CAPITULO IV: O SISTEMA ELEITORAL E PARTIDARIO CABOVERDIANO	28
4.1) Quadro Teórico de Análise ao sistema Eleitoral	28

4.2) Sistema Eleitoral Cabo-verdiano e a Bipolarização	29
4.2.1) A Dimensão dos Círculos Eleitorais.....	35
5.2.2) A Desproporcionalidade Eleitoral	37
4.2.3) A Aplicação do Método de D'Hondt e os Pequenos Partidos Políticos	40
4.3) O Financiamento Eleitoral.....	42
4.3.1) Os Partidos Burgueses	44
CAPÍTULO V: BIPOLARIZAÇÃO PARTIDÁRIA E SEU IMPACTO NA DEMOCRACIA CABO-VERDIANO	45
5.1) A Participação Vs. Abstenção Eleitoral em Cabo Verde	45
5.2) A Questão do Voto Facultativo e Obrigatório.....	53
5.3) Sobre a Compra de Voto	55
5.4) Democracia, Educação e Cidadania em Cabo Verde	56
5.5) O Papel dos Partidos Políticos na Consolidação Democrática.....	59
5.6) A importância da Sociedade Civil democrática	61
5.7) O Estado da Democracia em Cabo Verde	63
5.7.1) Democracia cabo-verdiana no contexto Mundial.....	63
5.7.2) Democracia Cabo-verdiana no Contexto Africano	64
5.8) Os média e a liberdade de imprensa	69
CONCLUSÃO.....	71
BIBLIOGRAFIA	74
ANEXO	79
Guião de entrevista	79

1.1) INTRODUÇÃO

O fenómeno da bipolarização política de modo geral, é uma questão secular que pressupõem a existência de dois polos distintos caracteristicamente, mas que convergem no interesse pelo poder. De modo particular se pode dizer que a bipolarização partidária é um produto das democracias derivado do domínio partidário por duas forças políticas que detêm a maior parte dos assentos no parlamento.

Em Cabo Verde este fenómeno político começou a ser esboçado com a abertura política e a entrada na cena política nacional do MPD, num momento em que a UCIDE não conseguiu se legalizar. As eleições do ano de 1991, as primeiras na era democrática após o regime de partido único do PAICV, foram ganhas pelo MPD.

O início da década de 2000, marca o contexto nacional com o regresso ao poder do PAICV, partido que governou anos antes, entre 1975 a 1991. Esta data marca também a entrada de Cabo Verde num cenário de bipolarização partidária, no qual permanece até ao momento.

O presente trabalho intitulado “Bipolarização partidária e Desenvolvimento Democrático em Cabo Verde” tem por objetivos analisar o impacto deste fenómeno na democracia em Cabo Verde.

O trabalho está estruturado em cinco capítulos, no primeiro e segundo capítulo faremos um enquadramento teórico necessário a temática da bipolarização, de modo a percebermos a evolução deste tema ao longo dos tempos. Abordando os antecedentes marcantes, da história política de Cabo Verde desde o seu processo de independência, até se chegar ao multipartidarismo de modo a contribuir para uma melhor precessão deste tema e o seu enquadramento na realidade de Cabo Verde.

O terceiro capítulo é reservado a uma breve abordagem histórica sobre a democracia e os partidos políticos de forma geral, passando depois para a realidade do país com incidência nas forças políticas com representação parlamentar (PAICV, MPD e UCID). No quarto e penúltimo capítulo exploraremos a fundo o sistema eleitoral e partidário cabo-verdiano, com principal ênfase para a legislação em vigor sobre os assuntos eleitorais, de modo a perceber as especificidades deste sistema e estabelecer a relação deste com a temática da bipolarização partidária. No quinto e último capítulo faremos um estudo empírico através da análise de dados, de entidades credenciadas, e entrevistas a entidades políticas da ilha de São Vicente ligada aos partidos em causa.

Objetivo Geral

- Compreender e analisar o fenómeno da Bipolarização partidária e o seu impacto no desenvolvimento democrático em Cabo Verde.

Objetivos Específicos

- Analisar o sistema eleitoral cabo-verdiano e o papel deste no desfecho dos pleitos eleitoral.
- Avaliar as taxas de abstenção eleitoral verificadas no país e a relação destas com a os partidos político, bem como o seu significado para a democracia.
- Avaliar o fenómeno da bipolarização partidária e os seus efeitos na democracia cabo-verdiana.

1.2) METODOLOGIA DO TRABALHO

Qualquer trabalho de investigação pressupõe sempre uma metodologia a adotar. Para levarmos o estudo adiante iremos adotar duas perspetivas de análise, sendo a primeira qualitativa através de técnicas de pesquisa bibliográficas nomeadamente em livros, artigos científicos, sites de internet e todas as fontes documentais que acharmos necessário.

Posteriormente basearemos numa perspetiva quantitativa, nomeadamente, através de dados recolhidos em sites oficiais, nomeadamente, do Afrobarómetro, Mo Ibrahim, Freedom House e a African Elections. Subsidiariamente pretendemos aplicar questionários com o objetivo de apreender as opiniões de algumas elites políticas em Cabo Verde para melhor compreensão do assunto.

A nossa variável dependente é a bipolarização partidária. Para testarmos esta variável recorreremos a certos princípios de causalidades tais como a abstenção eleitoral, liberdade de imprensa, avaliação da democracia, a dimensão dos círculos eleitorais e a análise dos métodos de representação proporcional em uso no arquipélago.

CAPITULO I: REFERENCIAL TEORICO

1.1) Sobre a temática do estudo do conceito da Bipolarização

O domínio do homem sobre o homem é uma característica natural e inerente ao próprio contrato social que estabeleceu as regras do ser humano como ser eminentemente social. Em todos os domínios da sua vida social, o ser humano entende a necessidade de haver alguém que define as regras de convivência.

Nas relações internacionais podemos constatar nas relações interestaduais que com os estados é a mesma coisa. Os estados buscam mais influência, e para isso constituem-se algumas vezes em alianças, blocos económicos etc. Tudo isto com o objetivo cimeiro de aumentar o poder e a capacidade de domínio regional ou mundial.

Nesta linha destacamos a bipolarização mundial na altura da Guerra Fria, que surge como reflexo da II GM. Um conflito político-militar, económico e ideológico entre EUA e URSS. O sistema político dos Estados Unidos era capitalista, enquanto da União das Repúblicas Socialistas e Soviéticas era socialista, mas ambos exerciam influência na geopolítica mundial. Sendo os únicos países economicamente estáveis após a guerra, tanto EUA quanto URSS passaram a ser vistos como superpotências, mas tinham grandes diferenças entre si. (LUZ, 2008)

Os países que optaram pelo sistema económico capitalista receberam suporte financeiro e outras medidas, inclusive fornecimento de armas, por parte dos Estados Unidos, de forma que o país passou a exercer muita influência sobre eles. Por outro lado, a URSS usou dos mesmos artifícios para conquistar áreas de influência diante dos países socialistas e, dessa forma, estabeleceu-se a geopolítica bipolar.

Foi um período de tensão que durou até 1991, quando o muro de Berlim foi derrubado.

Em Cabo Verde a bipolarização se escreve noutros termos. Após a sua independência em 1975 os cabo-verdianos viveram até a abertura política em 1991, altura da abertura política efetivada pela vitória do MPD nas eleições legislativas deste mesmo ano. O partido governou por dois mandatos até o ano de 2001, ano que foi derrotado pelo PAICV marcando o regresso deste partido ao governo e a entrada do país num cenário político de bipolarização política em que a UCID terceira força política no país não tem tido até agora dimensão política local e nacional para interferir nesta disputas partidária de modo a mudar este cenário existente no país.

CAPITULO II: ABERTURA POLÍTICA E O IMPACTO DAS PRIMEIRAS ELEIÇÕES LIVRES

2.1) Ficha de Apresentação do Arquipélago de Cabo Verde

Cabo Verde, oficialmente República de Cabo Verde, é um país insular localizado num arquipélago formado por dez ilhas vulcânicas na região central do Oceano Atlântico.

Situação Geográfica: A República de Cabo Verde é um arquipélago localizado a 455km da costa ocidental africana. O território estende-se num total de 4033 Km². O arquipélago de Cabo Verde é constituído por dez ilhas e oito ilhéus, divididos em dois grandes grupos:

- i) Grupo de Barlavento, que integra as ilhas de Santo Antão (754 Km²), São Vicente (228 Km²), Santa Luzia (34 Km²), São Nicolau (342 Km²), Sal (215 Km²), Boa Vista (622 Km²) e os ilhéus Raso e Branco e,
- ii) Grupo de Sotavento que integra as do maio (267 km²), Santiago (992 km²), Fogo (477 km²), Brava (65 km²) e os ilhéus Secos ou de Rombo.

As ilhas são de origem vulcânica sendo a maioria montanhosa. A ilha do Fogo, onde se encontra o vulcão com o mesmo nome, ainda ativo, apresenta o pico mais alto medindo 2 882 metros.¹

¹ Dados sobre a geografia de Cabo Verde , em linha, disponível em <http://www.un.cv/sobrecv.php>. Consultado dia 30/11/15

Continente: África

População: 498.897 habitantes (2013) segundo o Banco Mundial² os dois maiores polos habitacionais continuam a ser Santiago e São Vicente aonde se localizam as duas maiores cidades do país. Santiago é a ilha onde continua a residir a maioria da população: 273.919, o corresponde a 56%, seguida de São Vicente (15,5% - 76.107).

Capital: Praia

Moeda: Escudo cabo-verdiano

Língua Oficial: Língua portuguesa

Forma de Governo: Regime semiparlamentar eleito de cinco em cinco anos. O parlamento é unicameral, com representação de três partidos, o Partido Africano de Independência de Cabo Verde (PAICV) com 38, o Movimento para a Democracia (MPD) com 32 cadeiras e a União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID) com duas. A soberania é exercida por quatro órgãos, de acordo com o princípio de Independência dos poderes: o Presidente da República, a Assembleia Nacional, o Governo e os Tribunais. Mas é no parlamento, enquanto centro do sistema, que se decidem as questões estruturais do país.

2.2) O Processo de Autodeterminação

A independência de Cabo Verde começou desde o seu início a ser planeada em traços comum com a da Guiné-Bissau, isto devido ao projeto binacional idealizado por Amílcar Cabral que atrelou a luta armada, o processo de independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde. Com isso fundou em Bissau a 19 de setembro de 1956, por Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Luís Cabral, entre outros jovens patriotas da Guiné e Cabo Verde o partido africano da independência da Guiné e Cabo Verde (P.A.I.G.C).

² Dados sobre a população mundial referente ao ano de 2014 publicadas pelo banco Mundial, em linha, disponível em <http://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL> consultado em 30/11/15.

Um projeto binacional com dois povos e um partido, unidos por uma luta e um projeto ousado como se pode constatar nos próprios objetivos do partido.

O PAIGC tinha como objetivos os seguintes pontos: “1 - Independência imediata e total da Guiné e de Cabo Verde; 2- Unidade da Nação na Guiné e em Cabo Verde; 3- Unidade dos povos da Guiné e de Cabo Verde; 4- Unidade Africana; 5- Regime democrático, anti-colonialista e anti-imperialista; 6- Independência económica, estruturação da economia e desenvolvimento da produção; 7- Justiça e progresso para todos; 8- Defesa nacional eficaz e ligada ao povo; 9- Política internacional própria, no interesse da Nação, da África, da paz e do progresso da humanidade.” (Programa do PAIGC, Lopes 1996:33 Aput Evora,2004)

E certo que Amílcar Cabral, não lutou sozinho nas matas da Guiné-Bissau por estes dois países, mas a sua liderança se destacou e se destaca até hoje pelos seus ideais que defendia e que conseguiu defender mesmo estando em plena guerra declarada com o regime colonialista como podemos constatar num excerto de um discurso seu, o herói, como é lembrado até hoje em Cabo Verde mostra que só optou pela via armada após ter entendido que o princípio preconizado pelo partido da independência destas duas colónias não seria alcançável pela via pacífica dada a ideologia colonialista dos portugueses:

Como se pode verificar pelas palavras de Cabral, a luta armada destes dois povos não foi uma escolha mas uma imposição das circunstâncias.

Em 26 de outubro de 1971, Amílcar Cabral declarou: [...] perante o colonialismo português e o imperialismo de um modo geral, não se põe a questão de optar entre a vida armada ou a via pacífica. A nossa luta tinha de ser armada, pois os colonialistas e imperialistas sempre decidiram utilizar as armas contra nós. Decidimos numa reunião clandestina realizada em setembro de 1959 em Bissau parar as demonstrações, fortalecer a organização clandestina, movendo-nos para o campo, mobilizando o povo e preparando-nos para a luta armada. (Pereira, 2013)

Mesmo em plena guerra Cabral sempre mostrou-se disponível ao diálogo e esperançoso de que a qualquer momento se pudesse chegar a um entendimento que pudesse por fim a uma luta sangrenta em que todas as partes saíram a perder.

Esperançoso Cabral afirmava [...] “ambas as partes falam a mesma língua, o português, e podem entender-se rapidamente” (Idem, 2012)

Mas a derrota dos portugueses na guerra da Guiné revelou-se insuficiente para convencer os portugueses a reconhecer a independência de Cabo Verde no seu imediato, levando mesmo alguns autores a afirmar que ela deveu-se a uma conjugação de fatores ao qual a luta armada apenas alavancou este processo.

Para Varela (2011), Cabo Verde ascendeu à Independência a 5 de julho de 1975, na confluência de dois factos históricos: a vitoriosa Luta de Libertação Nacional conduzida pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (P.A.I.G.C), fundado por Amílcar Cabral a 19 de setembro de 1956; a Revolução dos Cravos de 25 de abril de 1974, desencadeada pelo Movimento das Forças Armadas Portuguesas, visando a instauração da liberdade e da democracia em Portugal.

Outro fator evidenciado por Onésimo Silveira e que pode ter estado também ele na construção das bases da contestação e consequentemente o fio condutor que ligava todos os cabo-verdianos foi o facto de Cabo Verde se ter constituído em Nação³ e somente depois em Estado⁴. Se entendermos que antes da luta armada já poderíamos falar num povo cabo-verdiano e onde há povo há um território que lhes pertence, e que falavam a mesma língua e com uma cultura que lhes era própria resultante desta simbiose de séculos de convivência entre europeus e africanos. Nesta perspetiva podemos também falar da Nação como um dos elementos aglutinantes dos cabo-verdianos e um dos fatores que levaram os cabo-verdianos a ambições de autodeterminação⁵. (Silveira, 2005).

³ Conjunto dos indivíduos que habitam o mesmo território, falam a mesma língua, têm os mesmos costumes e obedecem à mesma lei, geralmente da mesma raça.

⁴ É uma forma organizacional cujo significado é de natureza política. É uma entidade com poder soberano para governar um povo dentro de uma área territorial delimitada. Também são designadas por Estado, cada uma das divisões político-geográficas de uma república federativa.

⁵ A autodeterminação dos povos é o princípio que garante a todo povo de um país o direito de se autogovernar, realizar suas escolhas sem intervenção externa, exercendo soberanamente o direito de determinar o próprio estatuto político. Em outras palavras, é o direito que o povo de determinado país tem de escolher como será legitimado o direito interno sem influência de qualquer outro país.

Opinião contrária tem sobre esta matéria Adelino Vieira que não somente considera que por esta altura não se poderia falar em Estado-nação, como também o identifica como sendo um dos desafios, do pós independência nacional de Cabo Verde. (Vieira, 2012)

Segundo (Évora, 2004), a independência de Cabo verde não foi reconhecida no mesmo momento que a independência da Guiné Bissau com a justificativa por parte do governo português de que a luta armada não tinha sido travada em solo cabo-verdiana. Também pelo facto da contestação que cresceu no arquipélago não ter conseguido ganhar as proporções necessárias para pressionar os colonos. Ou mesmo mas também pelo facto de este arquipélago estar situado de forma estrategicamente privilegiada entre três continentes o que poderia trazer benefícios a vários níveis para Portugal no contexto da guerra fria⁶.

A demora no reconhecimento da independência de Cabo Verde também pode ser entendida pelo fato de uma ala do governo português acreditar na idéia defendida por Mário Soares: “...sinceramente, sempre estive convencido de que Cabo Verde tinha mais a ganhar sendo uma região autónoma, mas associada com Portugal, do que como está: um país africano. Cabo Verde não é na África, trata-se de um arquipélago aberto a cruzamento das culturas africanas e do atlântico Sul [...] (Evora,2004)

Efetivamente por esta altura o direito a autodeterminação dos povos era um tema na ordem do dia nas Nações Unidas, onde esta organização apoiava os esforços de Cabo Verde e Guiné-Bissau no seu desejo de autodeterminação. Amílcar Cabral apesar do manifesto apoio por parte das ONU não pedir o apoio militar a organização porque como disse o líder do P.A.I.G.C, «não estamos aqui a pedir que a ONU envie tropas para libertar o nosso país do jugo colonial português (...) pois estamos seguros de o poder fazer por nos próprios», ao invés disso Cabral queria desta organização internacional e devido ao papel desta na cena política mundial, apenas o apoio para abreviar o processo o processo de libertação de modo a prevenir perdas humanas para ambas as partes, (Pereira,2013)

⁶ A Guerra Fria foi uma disputa pela superioridade mundial entre Estados Unidos e União Soviética após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). É chamada de Guerra Fria por ser uma intensa guerra económica, diplomática e ideológica travada pela conquista de zonas de influência.

Vimos aqui para, na base da situação concreta do nosso país e apoiados nas leis internacionais, encontrarmos convosco, inclusive com a própria delegação portuguesa, o caminho mais curto e mais eficaz para a liquidação urgente do colonialismo português na Guiné e em Cabo Verde. (Perira, 2002)

Também a U.R.S.S e os E.U.A também apoiavam esta causa embora com fundamentos diferentes, típico dos capitalistas e dos socialistas em plena guerra fria. Estas duas grandes potências mundiais escreveram na carta do Nações Unidas o direito dos povos a autodeterminação e a independência e mais tarde cada um a sua maneira apoiaram os movimentos de libertação nacional (Tolentino 2007).

Ainda dentro deste processo de soma de influências que levariam a tão desejada libertação colonial, e de destacar a Casas dos Estudantes do Império (CEI) de Lisboa e de Coimbra, que nasceram para dar uma ideia de unificação e integração de toda a nação portuguesa, foram as mais influentes. No fundo, serviam para facilitar o controlo dos estudantes africanos que, até então, se encontravam dispersos pelas Casas de Estudantes de cada colónia. Contudo, o seu efeito foi o oposto, pois serviram de ponto de partida para a consciencialização política dos estudantes africanos, tornando-se centros de intercâmbio e de trocas de ideias nacionalistas. De notar que os fundadores dos movimentos independentistas, Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Lúcio Lara e Marcelino dos Santos, entre outros, passaram por estas Casas.

Já concluídos os estudos, estes mesmos independentistas fizeram surgir outras organizações e movimentos anticolonialistas nos seus países que acabariam por lutar pela independência.

No cenário que era de pós segunda GM os ideais independentistas estavam a ganhar cada vez mais seguidores nos países colonizados e as colónias portuguesas não ficaram indiferentes as mudanças como alia se pode notar pela proliferação de movimentos independentistas nas colónias sob o domínio português. Em Moçambique com a Frente da Libertação de Moçambique (FRELIMO), em Angola com a Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Em São Tomé Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP).

No caso da Guiné-Bissau e Cabo Verde surgiram outros movimentos como a F.L.I.G.C frente de libertação da Guiné e Cabo Verde, o M.L.G.C.V Movimento de libertação da Guiné e Cabo Verde, o M.L.G movimento da libertação da Guiné Bissau a U.P.G União das populações da Guiné, a R.D.A.G Reunião democrática africana da Guiné Portuguesa mas foram de pouca duração a exceção da FLING, não se conseguindo afirmar como grandes forças na luta para a independência.

Mas por fim o governo português acabou por se consciencializar de que a independência do arquipélago era por esta altura uma imposição das circunstâncias e não uma opção da metrópole. Já não era possível manter o país sob o domínio colonial face ao conjugar de todos estes fatores anteriormente mencionados. E em dezembro de 1974 e após vários encontros e negociações falhadas durante este ano finalmente ficaria assim acordado que a independência total do país ficaria concluída num período de seis meses.

Segundo (Évora, 2004) seria nomeado um governo de transição, metade constituído por ministros nomeados pelo governo português e a outra nomeada pelo PAIGC (...) Esse governo de transição ficou encarregado de criar as condições necessárias e a legislação para que se realizasse o recenseamento eleitoral nas ilhas com o objetivo de eleger uma assembleia constituinte que, num prazo de noventa dias, deveria aprovar uma constituição e conduzir assim a declarar a independência, que foi declarada no dia 5 julho de 1975 no estado da Várzea pelo primeiro-ministro na altura Pedro Verona Pires.

2.2.1) O Regime Monopartidário

A 5 de julho de 1975 no estádio da Várzea na cidade da Praia foi declarado a independência do estado de Cabo Verde, libertando o arquipélago de séculos de domínio colonial português mas também marcou a entrada num regime mono partidário comandado pelo P.A.I.G.C que sendo o partido por detrás da luta de libertação se auto proclamou dona dos destinos políticos do país. O governo de transição escreveu a primeira lei que regia o estado ao qual deram o nome de Lei de Organização Política do Estado (L.O.P.E), uma espécie de constituição constituída por 23 artigos e que definia as bases das leis do estado na altura. Com a sua entrada em vigor a L.O.P.E evidenciou

ser um instrumento legal nas mãos desse partido, que legalizava o seu domínio político sobre o povo cabo-verdiano.

O primeiro governo tinha então a seguinte constituição:

- Pedro Verona Pires (Primeiro ministro);
- Abílio Duarte, (Negócios Estrangeiros);
- Osvaldo Lopes da Silva (Coordenação Económica);
- Carlos Nunes Fernandes dos Reis (Educação);
- Silvino Manuel da Luz (Defesa e Segurança);
- Herculano Adelaide Vieira (Transportes e Comunicações);
- Silvino de Oliveira Lima (Obras Públicas);
- Amaro Alexandre da Luz (Finanças);
- Manuel Faustino (Saúde e Assuntos socais);
- Sérgio Augusto Cardoso Centeio (Agricultura e Água);
- David Hopffer Almada (Justiça);
- André Corsino Tolentino (Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros).

Num total de onze ministros e um secretário de estado.

De acordo com (Fonseca,1990 Aput, Évora, 2004) o regime cabo-verdiano nessa altura era um exemplo de monolitismo³ extremo onde o partido decidia, o parlamento ratificava e dava força legal as decisões do partido, o governo executava sob controlo do partido. O que demonstra um domínio total de um partido a todos os níveis dos órgãos da soberania, aonde o P.A.I.G.C se confundia com o próprio estado, uma característica própria dos regimes mono partidários⁷ e autoritários.

O domínio do PAICV, durante o regime mono partidário em Cabo Verde, se dá em todos os níveis. No plano económico, vimos que há um controle rígido do Estado fazendo com que a economia seja centralizada e estatizada. Ao Estado, orientado pelo partido, cabia dirigir e orientar a economia que deveria privilegiar o setor cooperativo e um setor estatal de empresas públicas nos diversos serviços. No plano social, o domínio do partido se dá a partir de organizações sociais criadas por ele e dele dependentes que

⁷Carácter do que é formado por um só bloco, um conjunto rígido, impenetrável: o monolitismo dos grandes partidos.

serviam como canais de mobilização da sociedade e de recrutamento político. Criou-se assim a OMCV (Organização das Mulheres de Cabo Verde), a JAACCV (Juventude Amílcar Cabral de Cabo Verde), a OPAD-CV (Organização dos Pioneiros de Cabo Verde). Essas organizações dependiam inteiramente do partido e todo aquele que quisesse fazer parte deles tinha que passar por uma formação ideológica baseada nas orientações do partido (Evora, 2004).

2.2.2) O Golpe de Estado na Guiné-Bissau e o Emergir do PAICV

A primeira Constituição propriamente dita constituída por 96 artigos, só foi aprovada em setembro de 1980 pela Assembleia Nacional Popular (ANP). A Lei Constitucional do país foi elaborada por uma comissão de juristas e entrou em vigor em dezembro de 1980. Mas logo no ano seguinte ela iria ser alterada na sequência da dissolução da união Guiné Cabo Verde.

Amílcar Cabral sempre defendeu a união da Guiné com Cabo Verde devido as suas origens ligadas a estes dois países mas sempre houve contestação neste aspeto tanto por parte dos cabo-verdianos como dos guineenses. Em Cabo Verde a U.P.I.C.V se constituiu na voz da contestação através do seu líder Leitão da Graça, como nos mostra. (Évora, 2004)

Leitão da Graça líder do UPICV, refugiado político no Senegal desde 1960 para escapar das garras da P.I.D.E, regressou a Cabo Verde no princípio de agosto de 1974, depois de ter conhecimento da revolução de 25 de abril de 1974 para tentar salvar Cabo Verde, das mãos do P.A.I.G.C. Leitão da Graça foi provavelmente o primeiro político a erguer a voz contra a unidade entre a Guiné e Cabo Verde, mostrava-se contra o princípio de unidade entre os dois países, dado que considerava que era uma decisão unilateral – decidida pelos deputados guineenses antes da proclamação da independência de Cabo Verde, sem a consulta do povo - que negava o direito à autodeterminação do povo cabo-verdiano. (Pereira, 2013)

Um outro ponto era o facto dos guineenses se sentirem ameaçados com a presença dos cabo-verdianos que devido ao seu nível de escolaridade, visto que Cabo Verde era a única colónia onde os portugueses criaram as condições para o estudo até ao nível liceal, este facto levou com que segundo Leitão da Graça os cabo-verdianos focem

considerados agentes dos portugueses uma vez que estes ocupavam cargos de chefias na Guiné e em outras colónias a serviço da metrópole afirma (Pereira, 2013).

Nino Vieira justificou, igualmente, que existia uma “hegemonia cabo-verdiana e um colonialismo cabo-verdiano na Guiné; uma unidade de cavaleiro e cavalo e um entrave à afirmação da identidade nacional guineense e o caos económico” (Cruz, 2012)

Também a U.D.C liderada por João Baptista Monteiro que defendia uma solução federalista para o caso cabo-verdiano, que Cabo Verde deveria continuar unido a Portugal e que teria muito mais a ganhar sendo uma região autónoma da república portuguesa. Este setor constituído pela UDC e pela UPICV contrariava a nossa emancipação com acento tónico para a UDC, que contavam com o apoio do general Spínola⁴ e tudo fazia para contrariar este processo. Mas pelo facto de defender uma continuidade da união com quem nos decretou séculos de colonização a UDC não conseguiu reunir significativo número de apoiantes, limitando-se a ilha de S. Vicente e fazer alguma campanha política ao nível da imprensa sem conseguir reunir grandes apoiantes. Salienta (Pereira, 2013).

O golpe de estado foi uma ação militar endógena ao próprio partido-Estado, liderada por João Bernardo Vieira (Comissário Principal e Presidente do Conselho Nacional da Guiné-Bissau do P.A.I.G.C), que saldou em dois mortos (António Buscardini - Membro do Conselho Superior da Luta e Secretário Geral do Ministério do Interior) e Otto Schacht (Membro do Comité Executivo da Luta e Secretário do Conselho Nacional da Guiné do P.A.I.G.C) e vários presos, destituiu o Governo Constitucional de Luís Cabral. Com o agravante do golpe de estado de 14 novembro de 1980 na Guiné-Bissau e a pressão política interna que se fazia sentir em Cabo Verde a unidade entre os dois países foi posta em causa acabando por levar assim os dirigentes políticos cabo-verdianos a anunciar publicamente a criação do PAICV em janeiro de 1981 conduzindo a uma revisão da Constituição nesse mesmo ano. (Fernandes, 2007).

2.3) Abertura Política

O processo de democratização de Cabo Verde vai além do processo de transição e, um outro ponto muito importante que deve ficar claro, é evitar comparar o processo de transição com o de liberalização política e esse com o de democratização. É comum, em alguns casos, confundir o processo de liberalização com o de democratização; são processos distintos que acontecem em etapas próprias. (Evora,2009).

2.3.1) A Revisão Constitucional de 1990 e a Entrada no Pluripartidarismo

De acordo com (Évora 2004), a decisão da abertura política partiu do próprio partido e seus altos dirigentes, não haver pressão externa apesar do país ser muito dependente de ajudas externas. Os próprios dirigentes do partido que observando o cenário da crescente contestação e violências sobre os regimes monárquicos na altura no leste da Europa e na África, respetivamente, optaram por esta via, com o receio de represálias populares uma vez que não havia ligação entre o poder e a sociedade.

Huntington (1994), os governantes autoritários que iniciaram o processo de transição, acreditavam que o voto popular seria apenas uma nova forma de legitimidade e se manteriam no poder, mas a maioria dos casos provou o contrário, pelo menos no Leste Europeu, a maioria dos partidos e candidatos ligados ao regime anterior, teve um péssimo desempenho nas urnas e muitos se surpreenderam com a vitória da oposição.

Para (Évora 2004) Cabo Verde se inscreve nesta mesma linha. O PAICV partiu para essa decisão de promover a abertura política também motivada pelo facto de que a vitória seria certa e via nas eleições uma forma de legitimar o poder instituído, com uma vitória que traduzisse a aceitação popular. A derrota nas eleições de 1991 foi uma autentica surpresa para o partido.

A 28 de setembro a ANP faz uma revisão constitucional onde entre as alterações aprovadas está a revogação do artigo 4º da Lei Constitucional que dizia: "Na República de Cabo Verde, o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) é a força política dirigente da sociedade e do Estado" abrindo-se as portas para o pluralismo partidário.

Surge então Movimento para a Democracia (MPD), como o primeiro partido da oposição e que conseguiu ao contrário da UCID legalizar-se e entrar nos pleitos eleitorais das primeiras legislativas e presidenciais de 1991. A UCID (União Cabo-Verdiana independente e Democrata) foi fundada a 13 de maio de 1978 na Holanda no seio da comunidade Cabo-verdiana não conseguiu reunir as condições legais para se legalizar e poder concorrer as eleições de 1991 pelo que o partido só formalmente passou a existir após a sua inscrição no supremo tribunal de justiça a 1 de junho de 1991, quatro meses após o início do processo de democratização em Cabo Verde.

O afastamento que mencionamos anteriormente nas Roselma Évora entre o poder/PAIGC e a sociedade pode ser constatado de forma nítida no resultado das primeiras eleições democráticas de 1991 com uma clara vitória do MPD.

Tabela 1- Resultado das Primeiras Eleições Legislativas de 13 de janeiro de 1991

Circulo Eleitoral	Eleitores Inscritos	Nº de Votantes	Deputados a Eleger	MPD	Votos (em %)		
					PACV	Brancos	Nulos
Boa Vista	1897	1689	2	31,3	65,6	0,4	2,5
Brava	3000	2489	2	49,9	45	0,1	5
Maio	2334	1876	2	40,6	54,3	1,6	3,5
Sal	4380	3076	2	52,4	43,7	0,9	3
Nossa Senhora da Ajuda	4033	3694	2	29,6	67,9	0,4	2,1
Nossa senhora da Conceição	6916	5857	3	36,9	59,6	0,2	3,3
São Lourenço	3925	3217	2	35,4	60	0,3	4,3
Praia Urbana	27548	19117	12	59,7	36,9	0,5	2,9
Praia Rural	4995	4133	2	68,5	28,1	0,7	2,7
Praia Rural 2	2849	2116	2	52	40,1	0,6	7,3
Santa Catarina	14608	10208	6	72,9	19,3	0,5	7,3
São Salvador do Mundo	3654	2847	2	60	26,1	0,9	13
São Lourenço dos Órgãos	12113	9300	5	72,8	20,6	0,5	6,1
Tarrafal	11604	8147	5	68,9	24,9	0,8	5,4
Nossa Sra. do Livramento	5084	4325	2	72,2	21,4	0,3	6,1
Santo Crucifixo	5702	4730	2	80,9	12,7	0,7	5,7

Santo António das Pombas	3555	2904	2	64,5	26,2	0,5	8,8
Santo André	1842	1408	2	72,5	18,2	0,9	8,4
Nossa Sra. do Rosário	5944	4695	3	54	31,1	0,6	14,3
Nossa Sra. Da Lapa	1153	916	2	61	29,5	0,9	8,6
Nossa Senhora da Luz	27408	21380	12	74,9	19,9	0,4	4,8
São João Batista	5444	4425	2	66,7	25,1	0,5	7,7
África	2976	1557	1	31,9	64,2	0,4	3,5
América	857	495	1	20,6	77,4	0,2	1,8
Europa	2997	965	1	55	41,6	1,9	1,5
Total	166818	125564	79	62,5	31,6	0,5	5,4

Fonte: BO Nº3 de 25 de janeiro de 1991

Num total de 25 circos eleitorais em que se disputou as primeiras eleições legislativas o PAICV venceu em apenas 6 circos (África, América, São Lourenço, Nossa Senhora de Conceição, Nossa senhora da Ajuda, maio e Boavista) sendo que o MPD venceu nos restantes 19 círculos, e obteve 62,5% dos votos contra os 31,6 % obtidos pelo PAICV. Com 62,5 % dos votos o MPD elegeu 56 dos 79 deputados do parlamento, enquanto o PAICV, com 31,6% dos votos, elegeu apenas 23 deputados e a taxa de abstenção situou-se nos 24,7 %. O MPD tinha assim maioria qualificada de dois terços, o que dava plenos poderes na assembleia da República poder votar e aprovar uma mudança na constituição.

Cardoso (1993) diz que o sucesso eleitoral do MPD, deve-se “ (...) a um projeto político que se enquadrava perfeitamente nas linhas de desenvolvimento das mutações em curso no mundo e cuja influência, tocava, mesmo que intuitivamente, a todos”. O partido soube sentir as mutações dos tempos e usa-lo como um trampolim que projetou o partido para a vitória eleitoral nas duas eleições que seguiram a abertura política e que deu ao partido o cunho de partido democracia. No momento da transição para a democracia Cabo Verde era um país em relação as outras eis colónias portuguesas em África que parecia reunir um conjunto de condições que influenciaram um instalação bem-sucedida do regime democrático, e manter a estabilidade, fator visivelmente não conseguido pelos outros estados africanos de língua oficial portuguesa fatores ligados a colonização como a hegemonia étnica e religiosa aliada ao facto de

nunca ter ocorrido no arquipélago um conflito armado ou seja de não haver um historial de violência em Cabo Verde como se pode verificar nos outros países africanos da lusofonia foi fator determinante para que o próprio regime autoritário instaurado após a independência assumisse características distintas dos demais regimes autoritários nos países africanos de expressão portuguesa, e também fez com que Cabo Verde nesse contexto fosse também pioneira no processo de democratização que tardou em alguns destes estados adiado frequentemente por conflitos armados. (Evora, 2009).

Exatamente um mês depois realizava-se também eleições presidenciais que opunham o presidente cessante e candidato a sua própria sucessão Aristides Pereira com o candidato independente mas apoiado pelo MPD Mascarenhas Monteiro.

Tabela 2- Resultados por Ilhas das Primeiras Eleições Presidenciais de 13 de fevereiro de 1991

Círculos Eleitorais	Inscritos	Votantes	Abstenção (%)	Votos (%)		
				Aristides Pereira	António Mascarenhas	Brancos e Nulos
Brava	2.898	2.092	27,8	42,9	56,4	0,7
Fogo	14.851	10.552	28,9	58	41	1
Santiago	76.711	42.676	44,3	21,6	76,5	1,9
Maio	2.328	1.448	37,8	52,6	45,8	1,6
Boavista	1.939	1.455	30,4	67,9	30,4	1,7
Sal	4383	2.407	45	49,5	49,1	1,4
São Nicolau	7.860	4.482	43	28,3	66,4	5,3
São Vicente	27.881	17.684	36,5	18,9	79,8	1,3
Santo Antão	21.590	15.242	29,4	12,6	85,4	2
Total	160.441	98.039	38,9	26,2	72,6	1,2

Fonte: Évora, (2004)

Das nove ilhas habitadas, Aristides Pereira venceu em quatro (Fogo, maio, Boavista e Sal), Mascarenhas Monteiro foi eleito com 72,6% dos votos, enquanto Aristides Pereira conseguiu apenas 26,2% dos votos.

No rescaldo destas eleições tanto legislativas como eleitorais podemos afirmar que havia no ceio dos cabo-verdianos uma reprovação quase que generalizada a forma como se vivia no país nesta altura, um grande indicador de um desgaste político da imagem do PAICV proveniente do seu governos nos últimos quinze anos anteriores a abertura política, nesta altura não se votava em propostas concretas nem em candidatos em particular, votava-se pela mudança.

Inserir gráfico para cruzar estas duas eleições.

Com a Vitória do MPD o primeiro paço deste executivo foi uma nova revisão da constituição. Em 1992, o preâmbulo da mesma dizia: «a presente Lei Constitucional pretende, pois, dotar o país de um quadro normativo que valerá, não especialmente pela harmonia imprimida ao texto, mas pelo novo modelo instituído. A opção por uma Constituição de princípios estruturantes de uma democracia pluralista, deixando de fora as opções conjunturais de governação, permitirá a necessária estabilidade a um país de fracos recursos e a alternância política sem sobressaltos»

De acordo com (SILVA, 2009) A aprovação da Constituição ocorreu no meio de intensa luta política e constitucional e até à última hora esteve em dúvida se o Presidente da República iria ou não proceder à sua promulgação.

CAPÍTULO III: AS FORÇAS POLÍTICAS EM PRESENÇA NA DEMOCRACIA EM CABO VERDE

3.1) Democracia e Partidos Políticos

3.1.1) Democracia

Abordar o tema dos partidos políticos em Cabo Verde, e o papel destes na nossa democracia, não pode ao nosso ver ser feita sem que primeiramente se posa entender o que é uma democracia e a conotação desta com os partidos políticos para se entenda o propósito ao qual este capítulo se predispõe.

O nascimento da sociedade pluralista deve-se a própria natureza humana, já dizia Aristóteles "O homem que vive só, ou é um deus ou uma besta".

A democracia nasceu de uma concepção individualista da sociedade, isto é, da concepção para a qual — contrariamente à concepção orgânica, dominante na

idade antiga e na idade média, segundo a qual o todo precede as partes — a sociedade, qualquer forma de sociedade, e especialmente a sociedade política, é um produto artificial da vontade dos indivíduos [...] Partindo da hipótese do indivíduo soberano que, entrando em acordo com outros indivíduos igualmente soberanos, cria a sociedade política, a doutrina democrática [...] BOBBIO 2000.

Mutiz de Sá (2010) podemos apontar que a palavra democracia foi mencionada pela primeira vez na Grécia, onde *demos* significa povo e *Kratein* igual a governo, ou seja um governo do povo, para o povo e realizado por ele aonde a democracia era exercida de forma direta pelo povo em contacto direto, o que se chama de Democracia Direta. Mas a democracia aplicada naquela altura é muito diferente da dos nossos tempos embora com o mesmo cunho conceitual, mas adaptada a realidade dos tempos que agora são outros.

Bobbio (1998) define a democracia como sendo um método ou um conjunto de regras de procedimento para a constituição de Governo e para a formação das decisões políticas (ou seja das decisões que abrangem a toda a comunidade) mais do que uma determinada ideologia.

É impossível que nos Estados atuais com sociedades multifacetadas, pluralistas e com tantas desigualdades socioeconómicas se possa governar de forma direta como se fazia naquela altura na Grécia antiga, por isso prevalece por estes dias e na maioria dos estados democráticos o sistema de democracia representativa aonde os cidadãos eleitores escolhem por via do voto outros cidadãos, que os representam e governam em seu nome.

O maior problema do sistema representativo e para Coutinho (2012) precisamente o questão da representatividade e relação de semelhança ou identidade entre representado e representante, A falta de identidade entre eleitor e eleito, de já, é uma das críticas atribuídas à representação. Talvez o seu maior dilema que, por enquanto, está distante de se solucionar uma vez que o poder não pode ser exercido por todos e também porque este é uma condicionante da realidade humana.

[...] o sistema representativo, que permitiu afastar o povo das decisões políticas. Foi precisamente para atingir este objetivo que ela foi imposta. Na sua essência o sistema representativo é aquele em que a vontade de um órgão

é manifestada sem procurar saber se essa vontade coincide com a vontade do povo. Na sua essência o sistema representativo é aquele em que a vontade de um órgão é manifestada sem procurar saber se essa vontade coincide com a vontade do povo.⁸

Também Jean-Jacques Rousseau, se posiciona como um discurso que o posiciona claramente contra democracia representativa, num discurso que apela a democracia direta quando afirmou que "a soberania não pode ser representada" e, portanto, "o povo inglês acredita ser livre mas se engana redondamente; só o é durante a eleição dos membros do parlamento; uma vez eleitos estes, ele volta a ser escravo, não é mais nada", (Rousseau apud Bobbio, 2000).

Esta tese de Rousseau é refutada por Onésimo Silveira, que defende a representatividade e o pluripartidário de expressão. Para este politólogo nacional a liberdade de expressão, a eleição dos órgãos de soberania num quadro constitucional universalmente aprovado e a aplicação dos Direitos Humanos são, cada vez mais, os elementos definidores de uma democracia representativa de um Estado de Direito Democrático. (Silveira 2005).

Ao longo dos tempos a democracia se evoluiu e deu origem aos agrupamentos de indivíduos organizados consoante seus interesses e que buscam o poder ao qual hoje nos conhecemos como sendo os partidos políticos, e que hoje se constituem em das formas de expressão do poder democrático.

Santano (Sem ano) afirma nesta linha que “somente existirão partidos políticos em um sistema de democracia indireta ou representativa”.

O desenvolvimento dos partidos aparece ligado ao desenvolvimento da democracia, isto é, à extensão do sufrágio popular e das prerrogativas parlamentares. Ao formarem-se os primeiros parlamentos, logo dentre deles aparecem diversos grupos mais ou menos homogêneos, com tendências ideológicas diferentes e, por vezes, opostas (Fernandes, 2008)

⁸ Sistemas e Processos Eleitorais – funções, implicações e experiências. Editor Universidade Católica de Angola, Faculdade de Direito/Fundação Friedrich Ebert, Representação em Angola

Esta tese também é partilhada por Pinto (2014) que afirma de forma categórica que “os partidos políticos surgiram com a democracia representativa, mas propriamente no resultado do seu desenvolvimento”.

Logo podemos identificar uma relação tridimensional na relação entre democracia, representatividade e partidos políticos.

Ilustração 1 Democracia e representatividade



Fonte: Conceção própria

Logo podemos constatar que foi a questão da representatividade que trouxe para a democracia os partidos políticos, estes são a voz que representa a vontade popular, aonde todos não podem estar ao mesmo tempo.

3.1.2) Os Partidos Políticos

Viana (2003), diz-nos que a definição do que são partidos políticos é uma questão difícil de responder dado a uma variedade de fatores que envolvem os partidos políticos e a própria política em si. Para este autor há que ter em conta, a própria semelhança que existe entre partidos políticos e algumas outras instituições que segundo o mesmo, estão presentes na vida política e que pode ofuscar a compreensão destas formas de organização política.

Neste âmbito Mutiz de Sá (2010) define partidos políticos como «reunião de pessoas com as mesmas finalidades em torno de ideias, opiniões semelhantes e que almejam cargos políticos dentro do governo para influenciar nas decisões políticas do país», diferenciando estes das semelhanças e da confusão que nos chamou a atenção no parágrafo anterior Viana (2003) apesar de reconhecer que há outros tipos de organizações que podem influenciar as políticas governamentais, como é o caso dos sindicatos e das associações civis.

Segundo (Fernandes 2008 e Moreira 2009), os partidos políticos são organizações que lutam pela aquisição, manutenção e exercício do poder.

Viana (2003) tem uma conceção um pouco mais rigorosa e afirma que partidos políticos são organizações burocráticas que visam à conquista do Estado e buscam legitimar esta luta pelo poder através da ideologia da representação e expressam os interesses de uma ou outra classe ou fração de classe existentes.

É muito frequente que se afirme que em todas as sociedades políticas organizadas existiram sempre partidos políticos, esta precessão segundo António Fernandes é equivocada, uma vez que deve-se fazer a distinção entre fações, grupos de influência e tendências rivais com o conceito de partidos políticos como ela é entendida atualmente. (Fernandes, 2008)

Ramos (2012), também partilha desta tese, e realça que na Grécia antiga chamavam-se fações a um grupo de seguidores de uma ideia ou doutrina, como forma de definir aquilo que hoje conhecemos por partidos políticos.

Portanto (Viana 2003) afirma que partidos políticos não são nem parte nem posição política, também não é um grupo cujos membros se propõem a agir de comum acordo na luta de concorrência pelo poder político e faz para isto a analogia com um grupo de guerrilheiros, pois partilha destas mesmas características mas no entanto não é um partido.

Os partidos políticos como hoje os conhecemos não remontam a antes dos meados do séc. XVII, Até então não se utilizava o conceito de partidos para se definir grupos políticos uma vez que este conceito não fazia parte do vocábulo político daquela época. O berço dos partidos políticos foi a Inglaterra, somente em 1648 que surgem efetivamente dois grupos de formação definidamente política, que eram os “Tories”, que representavam o remanescente do feudalismo agrário inglês e os “Whigs”, representando as novas forças urbanas e capitalistas. Mas não passavam de tendências de opinião pois não tinham uma representação generalizada nem demonstravam apetência para a ocupação do poder. ((Ramos 2012) e (Fernandes 2008))

Na França, os partidos começaram a surgir em 1789, implantados pela Revolução, em formas de associações civis e clubes. A mais importante associação da época foi a Sociedade dos Amigos da Constituição, que posteriormente transformou-se

em Clube dos Jacobinos. Representavam a baixa burguesia e as camadas populares francesas, defendiam uma maior participação popular no governo. Reunindo deputados e líderes monarquistas, que aderiram ao movimento após a execução de Luiz XVI. Tinham forte influência nos ideais igualitários de Rousseau. Defendiam o sufrágio universal, o fim da escravidão, e igualdade de direitos. Já no governo de Napoleão Bonaparte, este consolidou os partidos em âmbito constitucional. (Faber, 2010)

Nos EUA, o primeiro partido foi idealizado em 1787, na Convenção da Filadélfia, o qual foi estruturado a partir das treze colônias libertadas do império inglês, com a denominação de partido democrático, gerando mais tarde o partido republicano, em 1854.

3.2) Os Partidos Políticos em Cabo Verde

Com a abertura política puderam surgir em Cabo Verde outras forças políticas, já que anteriormente a esta altura a existência de outros partidos políticos que não fosse PAICV era constitucionalmente proibida. Cabo Verde dava assim seus primeiros passos como nação democrática e este clima de liberdade política nunca antes vista sobre os desígnios do partido único, e notável se tivermos em conta uma análise política quantitativa em termos dos partidos políticos que foram surgindo nos dez primeiros anos de democracia.

Em 1992 surge o Partido Social-democrata (PSD), fruto de diferença no seio da UCID.

Em 1993 Também na sequência de uma cisão, mas desta feita no seio do MPD, aparece o Partido da Convergência Democrática (PCD).

Já no ano 2000 foram criados por Onésimo Silveira o Partido do Trabalho e Solidariedade (PTS), e o Partido da Renovação Democrática (PRD); tendo este último surgido na sequência de uma cisão no seio do MPD. Estes partidos concorreram quer isoladamente quer em coligações.

Em 2001, concorreu a Aliança Democrática para a Mudança (ADM) que era constituída por três partidos o PTS, o PCD, e a UCID ou em outras ocasiões através das listas dos dois maiores partidos. Em 2006 o PTS concorre pelo PAICV, a UCID concorre sozinha e elege dois deputados e o PCD concorre pelo MPD, sem conseguir

eleger deputados. Neste último caso a opção de alguns dirigentes em concorrerem pelo MPD, aliado aos maus resultados eleitorais, levou à decisão de auto-dissolução do partido em 2007.

Da mesma forma que o domínio colonial gerou contestação política no seio dos cabo-verdianos que resultou no emergir de várias forças políticas em Cabo Verde, também o mono-partidarismo constitucional instaurado no país pelo PAIGCV numa primeira fase e pelo PAICV num segundo momento, (a quando do golpe de estado na Guiné-Bissau que levou a revisão do artigo quarto também teve seus efeitos semelhantes), em que desde a abertura política até ao início da década de dois mil é perceptível este pico crescente no que concerne ao aparecimento de novos partidos políticos como podemos verificar no quadro abaixo.

Tabela 3- Partidos que Participantes nas Eleições em Cabo Verde desde 1991/ 2011

Partidos e Alianças políticas	1991	1995	2001	2006	2011
PAICV	X	X	X	X	X
MPD	X	X	X	X	X
PCD		X	Col	MPD	
UCID		X	Col	X	X
PSD		X	X	X	
ADM			X	X	
PRD			X	X	
PTS			Col	PAICV	X

Conceção própria a partir de dados de Sanshes 2010

3.2.1) P.A.I.C.V Partido Africano da Independência de Cabo Verde

A história de Cabo Verde confunde-se com a história deste partido que em tempos sob a denominação de P.A.I.G.C, e nas palavras de Roselma Évora citada no primeiro capítulo se confundia com o próprio estado. A história do PAIGC é de extrema importância para a compreensão do surgimento do PAICV e de toda a evolução política no arquipélago de Cabo Verde pós-independência,

O PAIGC fundado em 1956 por Amílcar Cabral e seus camaradas guineenses e cabo-verdianos, foi fundado sob o binómio comum da independência da Guiné e de Cabo Verde. Para Évora, (2004) foi o PAIGC o grande responsável pela emancipação política de Cabo Verde graças a luta armada desencadeada no território guineense e pelos inúmeros esforços e apoios diplomáticos levados a cabo pelo partido.

O surgimento do PAICV propriamente dito está intimamente ligado ao golpe de Estado perpetrado na Guiné-Bissau, a 14 de novembro de 1980, contra o governo constitucional, pelo auto proclamado “Conselho da Revolução” comandada pelo Sr. João Bernardo Vieira, conhecido no seio político por Nino Vieira, que era o Primeiro-Ministro do Governo que foi derrubado.

Em Cabo Verde esta ação foi condenada pelos representantes do partido no arquipélago que na foz de Aristides Pereira condenou o golpe. Aristides Pereira não concordou com os argumentos do dirigente máximo do “Conselho da Revolução” e considerou infundadas as justificações da destituição do Governo de Bissau tendo esta situação desencadeado uma crise dentro do PAIGC.

Numa carta enviada a Nino Vieira e, mais tarde, num comunicado dirigido aos militantes do PAIGC em Cabo Verde, Pereira condenou veementemente o comportamento dos golpistas, sublinhando que, “os golpes de Estado nunca foram métodos do PAIGC para a resolução dos problemas internos pois o Partido possui órgãos eficazes para esse efeito, nomeadamente, os organismos supranacionais e os Conselhos Nacionais, estes, com plenos poderes estatutários para tomar decisões sobre todas as questões políticas e partidárias de cada um dos países”. (Cruz, 2012)

Segundo (Cruz, 2012) apesar dos esforços do presidente do partido para reverter esta situação tal não foi conseguido, mantendo-se assim no governo os golpistas, situação esta que não deveria ter agradado a ala cabo-verdiana do partido que reuniu-se com os militantes do partido e Aristides Pereira concluiu que “é tempo de cada um assumir de facto as suas responsabilidades frente ao seu povo, à África e à História”. Estava assim tomada a decisão, Cabo Verde não reconhecia legitimidade ao governo militar na Guiné apesar de deixar em aberto a retoma destas relações se os destinos do país fossem conduzidos por um governo de legitimidade constitucional.

Apesar dos esforços na luta de libertação e da idealizada unidades entra a Guiné-Bissau e Cabo Verde por Cabral ser uma marca deste partido, a verdade é que o partido falhou neste sentido, e o que era uma certeza para Cabral tornou-se numa utopia para o PAIGC. Estavam dadas portanto os primeiros passos para a formação do PAICV, que no I Congresso do partido realizada na cidade da Praia em 1981, a existência de um partido nacional em Cabo Verde, o qual passará a denominar-se, Partido Africano da Independência de Cabo Verde PAICV pondo fim a 25 de unidade com a Guiné-Bissau.

O paradoxal novo e velho partido sob a denominação do PAICV continuou a comandar os destinos políticos de Cabo Verde até 1991, altura em foi derrotado pelo Movimento para a Democracia (MPD), nas primeiras eleições multipartidárias realizadas no país desde a proclamação da independência em 1975.

O PAICV é de momento o partido no governo. Desde 2001 que detém o mandato do povo cabo-verdiano para governar os destinos políticos dos cabo-verdianos já lá vão quinze anos.

3.2.2) MPD Movimento para a Democracia

Com a revisão que marcou a abertura política com a introdução da lei Constitucional número 2/III/90 que revogou o artigo 4º da Constituição da República e institucionalizou o multipartidarismo em Cabo Verde, a referida lei estabeleceu que “é livre a constituição de partidos políticos”, abriu-se as portas para a livre criação de partidos políticos.

O primeiro partido fundado após a abertura política foi o Movimento para a democracia MPD, que legalmente falando foi o primeiro partido da oposição em Cabo Verde fundada a 16 de novembro de 1990 sob a liderança de Carlos Veiga.

Ao contrário do PAICV o MPD não surge em resultado de um processo mobilização social, tendo antes, sido fundado por jovens estudantes, e por uma elite política dissidente que chegou a assumir postos de confiança no regime autoritário, nomeadamente quadros técnicos superiores que estavam envolvidos na administração do Estado, e que de acordo com Roselma Évora de certa forma acabou por assumiam uma postura reformista perante o regime (Évora 2004).

Na sua génese deste partido, estiveram ministros que fizeram parte do governo do PAICV e que foram demitidos na sequência da crise ocorrida dois anos após

a realização de II Congresso do PAICV, em 1977 e conota uma facção dentro do partido reivindicava mais democracia e transparência interna. Alguns dos ministros e militantes demissionários, foram atores políticos importantes na formação do MPD (nomeadamente Manuel Faustino e José Tomaz Veiga).

Nesta perspetiva Onésimo Silveira afirmou [...]

Tendo todos eles servido na primeira república, romperam com o aparelho do PAICV e assumiram um frentismo de cariz revolucionário em que se fundou o MPD, mas ao lançarem-se para a sociedade de transição democrática eles próprios não evoluíram na identificação de valores da democracia, mantendo-se fieis ao despotismo iluminado e ao cientismo trotskista⁹. (Silveira,2005).

Desde a sua legalização a 16 de novembro de 1990, o MPD participou em todos os pleitos eleitorais realizados até agora, tendo ganho em 1991 e depois em 1995 foi reeleito. Mas depois em 2001, foi derrotado nas legislativas desse ano pelo PAICV que já soma até ao momento três mandatos consecutivos e um record de mandatos até agora na ainda jovem democracia cabo-verdiana.

Foi, igualmente, devido ao descontentamento com o totalitarismo do PAIGC/CV, que foi também criado a União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID).

3.2.3) UCID União Cabo-verdiana Independente e Democrática

A UCID, (União Cabo-Verdiana independente e Democrata) foi fundada a 13 de maio de 1978 na Holanda no seio da comunidade Cabo-verdiana. A UCID foi formalmente reconhecida, como partido político, após a abertura política de 1990, mais concretamente, a partir do seu I Congresso Nacional em julho de 1991. Devido ao atraso na sua legalização, Foi inscrita no supremo tribunal de justiça a 1 de junho de 1991, quatro meses após o início do processo de democratização, não tendo conseguido participar nas primeiras eleições livres e multipartidárias em Cabo Verde, mas apoiou o Movimento para a Democracia (MPD).

⁹ Segundo Cardoso (1993), os trotskistas eram “[...] elementos, todos eles antigos, estudantes em Portugal onde integraram estruturas clandestinas do Partido [...] o grupo trotskista identificado no partido foi constituído essencialmente por elementos ligados a organizações estrangeiras e infiltrou-se nas estruturas clandestinas do Partido em Portugal, na fase final da luta de libertação Nacional[...] faziam circular boatos e calúnias a respeito dos dirigentes e militantes vindos da frente da luta armada.”

Na sua fase inicial era marcado por um saudosismo colonial quando ainda era dirigido pelo governador de simpatia “spinolista” Sérgio Duarte Fonseca. Depois da assunção da liderança por Lídio Silva, em julho de 1987, a sua postura política identitária evoluiu para um forte nacionalismo Cabo-Verdiano de feição claridoso-crioulista. Desenvolveu várias ações políticas na clandestinidade contra o governo de Cabo Verde como denúncias junto a algumas organizações internacionais, sobre a situação dos presos da reforma agrária. Criou estruturas de ação política clandestinas em algumas ilhas de Cabo Verde, onde transmitiam informações da situação do país para os membros do partido que residiam nos Estados Unidos, Alemanha e Holanda, enquanto esses enviavam a Cabo Verde material de propaganda. Em termos ideológicos a UCID define-se como um partido de inspiração cristã, com o objetivo de conseguir o apoio da igreja. (Pinto, 2014)

Desde a sua criação até ao momento, a UCID não venceu nenhuma das legislativas em que participou. Em 2001, concorreu na Aliança Democrática para a Mudança (ADM) que era constituída por três partidos o PTS, o PCD, e a UCID, conquistou 6,12% dos votos e dois assentos na Assembleia Nacional. Nas eleições de 2006, concorreu sozinha, tendo conseguido eleger dois deputados e é a terceira força política no parlamento.

CAPITULO IV: O SISTEMA ELEITORAL E PARTIDARIO CABOVERDIANO

4.1) Quadro Teórico de Análise ao sistema Eleitoral

Varela (2011) Entende-se por sistema eleitoral o conjunto de órgãos ou entidades que, embora possuindo funções e atribuições específicas, concorrem para o mesmo fim, que é garantir a livre escolha pelo Povo dos seus legítimos representantes para o exercício do Poder Político, através do sufrágio universal, direto e secreto e nos termos previstos na lei.

Para David Farrell existe uma diversidade de sistemas eleitorais distintos pelas suas particularidades, características e efeitos próprios, tornando-os únicos em cada país, tanto que não existem dois países com sistemas eleitorais exatamente idênticos embora possa haver diferenças muito reduzidas. Com efeito, dependendo do desenho dos sistemas eleitorais poderá ser, mais ou menos provável que determinados políticos ganhem lugares; que um partido ganhe representação no parlamento ou que um partido possa formar governo sozinho (Farrell 2001).

Esta tese é reforçada por Nohlen (2007) diz que, os sistemas eleitorais são estruturas complexas, compostos por diferentes elementos técnicos com efeitos distintos, que se acham relacionados, quer com o processo de transformação de votos em mandatos, quer com a expressão das preferências dos eleitores, e cujos efeitos políticos e institucionais podem ser reforçados, eliminados ou neutralizados através da sua combinação.

Santos (1997), atea ainda mais discussão e afirma que “nenhum sistema eleitoral é capaz de produzir fielmente e de forma proporcional o peso eleitoral de uma comunidade em peso parlamentar”.

4.2) Sistema Eleitoral Cabo-verdiano e a Bipolarização

Dito aqui a importância de que se revestem os sistemas eleitorais neste capítulo importa realçar que pretendemos avaliar como o sistema eleitoral cabo-verdiano pode ter influenciado ou tem vindo a influenciar a alternância de poder em cabo verde nesse quase vinte e cinco anos de democracia desde a abertura política em 1991.

Após mais de quinhentos anos de domínio colonial Cabo Verde ascende a liberdade somente em 1975, e é somente a partir deste período que se poderá falar de um sistema eleitoral pois foi nesta data que foram realizadas as primeiras eleições no país, que culminaram com a vitória do partido que lutou pela independência e único concorrente o PAICV.

O nascimento do sistema eleitoral e partidário em Cabo Verde inicia com a formação daquele país enquanto Estado independente e ele começa com a institucionalização de um sistema de partido único que é, reconhecido

formalmente pela primeira Constituição da República - a LOPE (Lei da Organização Política do Estado), seguindo assim a tendência seguida pelos países da mesma região que na sua maioria adotaram sistemas de partido único. (Évora, 2009).

Esta tese da autora Roselma Évora acima citada e refutada por Sartori (1982), explica que o conceito de o sistema de partido único não pode ser considerado como um sistema partidário, porque os partidos políticos são parte de um todo, logo não se pode falar de sistema quando não existe interação entre partes e quando não há competição entre partidos. Pois, nesse caso, o referente real é um “sistema estatal” no qual a canalização partidária atende aos propósitos do Estado, e não aos da sociedade. Um sistema partidário reconhece a dissensão e institucionaliza a oposição, um sistema de partido Estado nega a validade da dissensão e impede a oposição.

Quanto aos sistemas partidários, podemos defini-los como conjuntos de partidos, das relações que estabelecem entre si e com o poder, das suas características, dimensões e funções que desempenham num determinado sistema político, a classificação tradicional distingue sistemas bipartidários, multipartidários e de partido dominante. Mas tem razão de ser a observação de que é preferível substituir os dois primeiros termos por sistemas bipolares e multipolares, ou por outros conceitos como multipartidarismo bipolar ou multipartidarismo pluripolar que procura ter em conta o número de partidos e o seu peso no funcionamento do Sistema (Sá 1999 apud (PIRES, 2015)).

No que se refere ao sistema eleitoral propriamente dito, ele é regulado segundo as disposições do código eleitoral de cada país.

Cabe ao cidadão nacional cabo-verdiano segundo a constituição da república de Cabo Verde escolher os seus representantes políticos através do sufrágio universal, secreto e unipessoal, conforme a Constituição da República de Cabo Verde¹⁰. (CRCV¹¹).

Quanto ao sistema eleitoral, vamos encontrar dois tipos de sistemas eleitorais, o Sistema maioritário e o sistema eleitoral representativo.

¹⁰ Artigo 101º (Segredo e unicidade do voto) e Artigo 104º (Exercício do poder político por sufrágio)

¹¹ Constituição da República de Cabo Verde

Norberto Bobbio compara a democracia e o exercício das disputas eleitorais a um jogo, como tal precisa de ser regulada. O jogo e neste caso as disputas democráticas e eleitorais e as regras do jogo, são as regras que ordenam a ação democrática, neste caso as eleições, reconhecendo a importância dos sistemas eleitorais para a democracia.

Pois bem, no jogo político democrático — e por sistema democrático entenda-se justamente um sistema cuja legitimidade depende do consenso verificado periodicamente através de eleições livres por sufrágio universal — os atores principais estão dados, e são os partidos [...] também está dado o modo principal de fazer política para a imensa maioria dos componentes da comunidade nacional: as eleições. Disto não se pode fugir. Regras do jogo, atores e movimentos fazem um todo único. (Bobbio 2000).

E a própria natureza humana que faz do ser humano um animal com propensão a vida em comunidade e para isto, e como houve sempre em todas as relações e sociedades humanas torna-se necessário o estabelecimento de regras que possam garantir o normal curso dos acontecimentos para a estabilidade geral de todos.

O sistema eleitoral é uma das dimensões que nos poderá ajudar a explicar por que razão o sistema de partidos cabo-verdiano tem mantido o seu formato bipartidário.

Para Varela (2011), no que concerne ao sistema eleitoral cabo-verdiano, ao longo do ano de 1994, verifica-se uma profunda reforma legislativa, com a aprovação dos seguintes diplomas:

- Lei nº 112/IV/94, de 30 de Dezembro- Cria a Comissão Nacional de Eleições;
- Lei nº 113/IV/94, de 30 de dezembro - Que regula o recenseamento eleitoral;
- Lei nº 116/IV/94, de 30 de Dezembro- Que aprova a lei eleitoral para a Assembleia Nacional;

- Lei nº 117/IV/94, de 30 de Dezembro- Que aprova a lei eleitoral para a eleição do Presidente da República;
- Lei nº 118/IV/94, de 30 de Dezembro- Que aprova a lei eleitoral para a eleição dos órgãos dos municípios.

Estas leis que serviram de base à efetivação dos atos de recenseamento e de processo eleitoral conducentes à realização das subseqüentes eleições, a saber: eleições legislativas de 17 dezembro 1995, eleições autárquicas de 21 de janeiro de 1996 e eleições presidenciais de 18 de janeiro de 1996.

No que tange a vida política em Cabo Verde, em particular as disputas eleitorais o documento responsável por esta função reguladora dos pleitos eleitorais e o Código eleitoral (CE). O código eleitoral de Cabo verde entrou em vigor, pela Lei nº 92/V/99, de 8 de fevereiro, num esforço dos eleitos da nação de reforma e modernização do sistema eleitoral, e de se pôr cobro à dispersão das normas jurídicas relativas à preparação e realização dos atos eleitorais, o qual veio revogar os diversos diplomas legais até então vigentes, num total de sete, e passa a constituir o quadro jurídico de referência para realização das subseqüentes eleições: eleições autárquicas de 2000 e eleições legislativas e presidências de 2001. (Varela 2011)

Mas a entrada em vigor do código eleitoral foi apenas um paço a que se seguiriam muitos outros, tendo em conta o seu aprimoramento e a adaptação através das reformas eleitorais as novas exigências que se colocavam a nível nacional.

- Revisão de 2000. Lei nº 118/V/2000, de 24 de abril, a introduzir várias alterações ao Código Eleitoral, com a preocupação de reforçar o rigor e a transparência dos atos eleitorais, ao mesmo tempo que é reforçado o papel da Comissão Nacional de Eleições, enquanto órgão independente da administração eleitoral.
- Revisão de 2007. Lei nº 12/VII/2007, de 22 de junho.
- De 2010, com a aprovação da Lei nº 56/VII/2010, de 9 de março.

Nela se estabelecem as bases de como este processo do sufrágio eleitoral deve ser comandado.

A criação da Comissão Nacional de Eleições (CNE) em 1994, passou a assegurar maior regulação e credibilidade, a igualdade de oportunidades e de tratamento das candidaturas e o respeito pelos demais princípios fundamentais do processo eleitoral, estabelecidos na Constituição, e no CE no artigo 18 que consagra as funções da CNE. Nos termos do Código Eleitoral (artº 18º), são competências da CNE:

- a) Assegurar a liberdade e regularidade das eleições, a igualdade de oportunidades e de tratamento das candidaturas e o respeito pelos demais princípios fundamentais do processo eleitoral, estabelecidos na Constituição, deste Código e demais legislação, adotando todas as providências necessárias;
- b) Assegurar a igualdade de tratamento dos cidadãos e a imparcialidade, isenção e objetividade de todos os serviços e agentes da administração eleitoral no exercício de funções;
- c) Promover, organizar, dirigir e fiscalizar superiormente, nos termos previstos no Código Eleitoral, as operações de constituição de assembleias de voto e de apuramento, nas eleições abrangidas no âmbito das suas atribuições;
- d) Emitir instruções genéricas aos órgãos de recenseamento e às mesas das assembleias de voto, sobre a interpretação e aplicação da lei, sem prejuízo da sua independência funcional e do disposto em matéria de impugnação;
- e) Fiscalizar e controlar as operações de recenseamento e de votação, adotando providências e promovendo diligências que assegurem a sua conformidade com a lei;
- f) Promover o esclarecimento objetivo dos cidadãos acerca das operações eleitorais;
- g) Criar uma bolsa de membros de mesas de assembleias de voto, no país e no estrangeiro;
- h) Promover, apoiar e certificar a formação, em matéria eleitoral, dos seus delegados, das entidades recenseadoras e dos membros das mesas de voto, com o apoio do serviço central de apoio ao processo eleitoral;

- i) Dar a mais ampla publicidade aos diplomas legais que marcam as datas das eleições;
- j) Resolver queixas e reclamações, que lhe sejam apresentadas no âmbito do processo eleitoral;
- k) Instaurar, instruir e decidir processos por contraordenação eleitoral e aplicar as coimas correspondentes;
- l) Participar ao Ministério Público crimes eleitorais de que tome conhecimento
- m) Apreciar a regularidade das contas eleitorais;
- n) Desempenhar as demais funções atribuídas pelo Código Eleitoral e demais legislação.

De entre estas, incluem-se as de: proclamar os resultados eleitorais, sem prejuízo da sua divulgação pelos órgãos de comunicação social, nos termos da lei; elaborar e publicar o calendário eleitoral; nomear, credenciar e definir as atribuições dos seus Delegados, nos círculos nacionais e da emigração; organizar o sorteio dos tempos de antena das candidaturas; distribuir a subvenção do Estado em função dos resultados eleitorais, etc.

De ressaltar, todavia, que as competências atribuídas à CNE extravasam, em muito, o artigo 18º, encontrando-se, outrossim, disseminadas, ao longo de todo o Código Eleitoral.

O CE, define as regras de como são escolhidos os eleitos da nação regula a eleição do titulares dos órgãos do poder político, que nomeadamente: Presidente da República, Deputados, Membros das Assembleias Municipais, Membros das Câmaras Municipais e Presidentes das Câmaras Municipais, a exceção dos membros do governo, que são nomeados pelo Presidente da República ao abrigo do artigo nº 194¹² da CRCV de 2010.

¹² Artigo 194º (Formação) 1. O Primeiro-ministro é nomeado pelo Presidente da República, ouvidas as forças políticas com assento na Assembleia Nacional e tendo em conta os resultados eleitorais, a existência ou não de força política maioritária e as possibilidades de coligações ou de alianças. 2. Os Ministros e os Secretários de Estado são nomeados pelo Presidente da República sob proposta do Primeiro-ministro.

Tabela 4- Órgãos do poder Político Eleitos por Sufrágio Direto e Universal

Órgãos do Poder	Natureza	Mandato	Eleitor com capacidade eleitoral ativa	Eleitor com capacidade eleitoral passiva	Proponentes da Candidatura	Método de Eleição
Câmara Municipal	Órgão de Poder Local executivo - autarquia municipal	4 Anos	Cidadãos cabo verdianos; -Estrangeiros e apátridas, desde que residentes no país há pelo menos 3 anos	Cidadãos cabo-verdianos; - Estrangeiros e apátrida desde que residentes no país há pelo menos 5 anos	Cidadãos cabo-verdianos; - Estrangeiros e apátrida desde que residentes no país há pelo menos 5 anos	Partidos Políticos Grupos de Cidadãos eleitores não filiados em partidos políticos, Correspondentes a 5% dos cidadãos eleitores do respetivo círculo eleitoral em número nunca superior a 500
Assembleia Municipal	Órgão de Poder local, deliberativo – autarquia municipal	4 Anos	Idem	Idem	Idem	Sistema proporcional, Segundo o Método de Hondt (média mais alta)
Presidente da República	Órgão de Poder Político (Chefe de Estado)	5 Anos	Cidadãos presidentes no país e no estrangeiro	Cidadão eleitoral, cabo-verdiano de origem, sem outra cidadania, maior de 35 anos e com residência permanente no país nos últimos 3 anos anteriores à data da candidatura	Grupos de cidadãos eleitores, em número não inferior a 1000 nem superior a 4.000	Sistema maioritário, com a obrigatoriedade de uma 2ª volta (com os dois candidatos mais votados na 1ª volta), caso nenhum dos candidatos tiver obtido maioria absoluta no 1º sufrágio

Fonte: Conceção própria com base de dados de Varela 2011.

4.2.1) A Dimensão dos Círculos Eleitorais

Cabo Verde é um exemplo de um país que usa o sistema proporcional mas que na prática funciona como se utilizasse um sistema maioritário e com um legislativo claramente bipartidário funcionando desde as primeiras eleições legislativas realizadas em janeiro de 1991, como um caso de bipartidarismo puro. Alguns fatores explicam a consolidação do sistema bipartidário em Cabo Verde. O primeiro aspeto relevante, está diretamente ligado ao fator que tem a ver com a forma como a transição foi feita. A maneira como a democracia é estabelecida num país se reflete depois nos aspetos institucionais do regime democrático, incluindo o sistema eleitoral e o sistema partidário. A forma como a transição democrática é feita, por rotura ou negociada, tem implicações diretas nas regras que regulam o processo decisório e nas relações entre o Executivo e o Legislativo que são também influenciados diretamente pelo sistema

partidário que cada país. Pra Roselma Évora, o problema vem de traz, da própria instalação do regime democrático que peca pelo facto de ter sido negociada somente entre duas forças políticas-PAICV e MPD, o que acabou por afetar o sistema partidário que emergiu em 1990. O primeiro aspeto foi a preservação da magnitude dos circos eleitorais, que na sua maioria elegem dois deputados e aliado ao facto da UCID não ter conseguido também ela se legalizar a tempo de entrar no pleito eleitoral de 1991 agravou ainda mais este cenário em que de uma assembleia mono partidária passamos para um domínio tendencioso para o bipartidarismo. (Evora, 2009)

Também (Costa 2003 aput (RAMOS, 2012) argumenta que em Cabo Verde a baixa magnitude média em combinação com a fórmula D'Hondt, principalmente, contribui para a concentração eleitoral e parlamentar nos partidos grandes e para uma relativa desproporção na distribuição de cadeiras parlamentares entre os partidos, devido a altos custos eleitorais para os pequenos partidos. Esses fatores contribuíram para favorecer a ocorrência de um sistema (bi) partidário, chegando a haver o esboço de uma tendência de um partido (pré) dominante, particularmente nas duas primeiras eleições.

Tabela 5- Classificação dos Circos Eleitorais em Cabo Verde

Dimensão dos Circos Eleitorais	Distribuição de Mandatos por Circos Eleitorais											
	1991			1995			2001			2006		
	CE	MD	%	CE	MD	%	CE	MD	%	CE	MD	%
Pequena	12	25	31,6	16	41	56,6	17	39	54,2	17	40	55,6
Média	5	28	35,4	1	7	9,7	1	9	12,5	1	6	8,3
Grande	2	26	32,9	2	24	33,3	2	24	33,3	2	26	36,1
Total	19	79	100	19	72	100	20	72	100	20	72	100

Fonte: Conceção própria a partir de dados disponíveis na *African Elections DataBase* (<http://africanelections.tripod.com/>),

Nota: Pequena (elege até 4 mandatos), Média (elege entre 5-9 mandatos), Grande (elege + 10 mandatos). CE = Círculos Eleitorais; MD = Mandatos

Da análise do quadro pode-se reter que entra as eleições de 1991 e as de 2006, os circos eleitorais de pequena dimensão tem vindo a aumentar

significativamente; em 1991 existiam 12 circos eleitorais de pequenas dimensões, que elegia 25 mandatos, este numero passa para 16 e passa a eleger 41 mandatos em 1995. Deste ultimo para 17 em 2006 e elegem agora 40 mandatos. Num espaço de quinze anos passou a existir mais 5 circos eleitorais pequenos e dos 25 mandatos em 1992 passou para 40 em 2006, num acréscimo de 28 mandatos.

Juntos os circos eleitorais de pequenas dimensões com os seus 40 mandatos elegem 55,5% dos deputados da ANP. Muito mais que os de media dimensão que neste caso e apenas 1 e que elege 6 mandatos e os de grande dimensão que são 2 e elege um total de 26 mandatos. Na confluência deste fator com a bipolarização partidária este perfila-se então como mais uma condicionante a novas forças políticas como uma condicionante a partida para a sua sobrevivência, uma vez que quanto maior for um circo eleitoral maior e a percentagem de votos necessária para eleger mandatos, logo os partidos com maior expressão eleitoral (PAICV e MPD) tem a partida o domínio sobre estes circos, que, nestes casos são de dificuldade acrescida para os partidos com menor expressão eleitoral. A baixa expressão eleitoral tem como consequência direta para os partidos políticos a eleição ou não de seus representantes que por suas vez reflete noutro fator que e neste caso o financiamento público aos partidos políticos aos suas campanhas eleitorais que lhes e atribuída em função da sua representação parlamentar.

5.2.2) A Desproporcionalidade Eleitoral

Os níveis de distorção na relação entre o sistema eleitoral e o sistema de partidos podem ser medidos através do cálculo do índice de desproporcionalidade (D) proposto por Loosemore e Hanby (1971). Esta constitui uma das fórmulas mais utilizadas para medir a desproporcionalidade e corresponde à diferença entre a percentagem de votos com e a percentagem de lugares. Neste sentido, a grau de desproporcionalidade é uma medida essencial para determinar o número efetivo de partidos parlamentares (NEPP). (Sanches, 2010)

Calculámos a D e o NEPP para todas eleições legislativas organizadas em Cabo Verde e desde a transição para a democracia em 1991.

Tabela 6- Desproporcionalidade e o Numero Efetivo de Partidos Políticos em Cabo verde

1991	1995	2001	2006
------	------	------	------

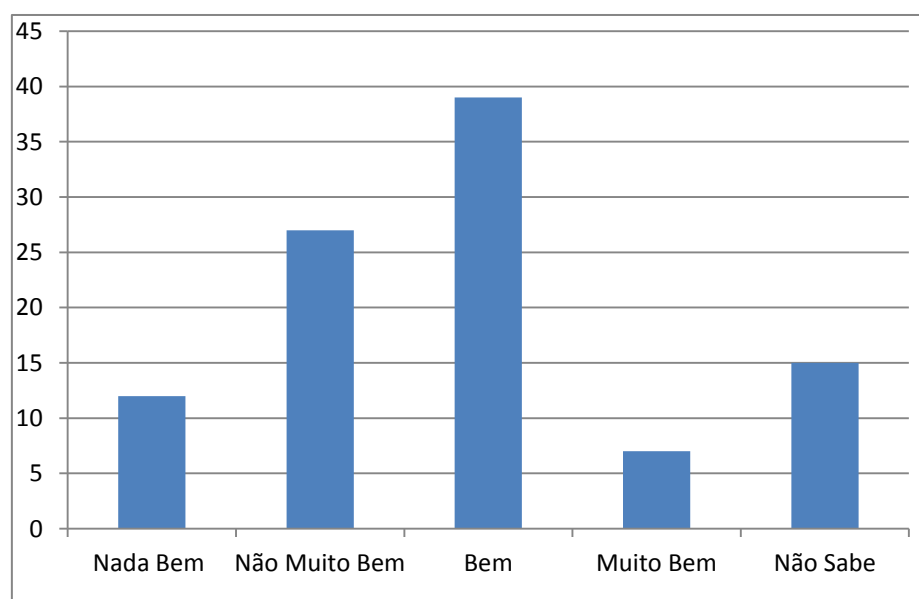
D	5,9	9,1	8,6	4,6
NEPP	1,7	1,76	2,07	2,1

Fonte: (Sanches, 2010)

Os resultados demonstram uma grande desproporcionalidade, o que se explica devido ao peso excessivo dos círculos eleitorais de pequena dimensão. Com efeito, existem círculos eleitorais que elegem o número mínimo (2) de deputados exigido pela fórmula d'Hondt. Esta desproporcionalidade é um outro fator que acabou também ele por contribuir para que o fenómeno da bipolarização se enraíza-se na cena política cabo-verdiana, o que da cada vez menos espaço ao aparecimento e particularmente a sobrevivência a médio e longo prazo de novos partidos políticos.

Essa tal desproporcionalidade mencionada pela autora Edalina Sanches, encontra de certa forma eco no sei dos cabo-verdianos que quando questionados pelo Afrobarómetro/Afrosondagem sobre se a assembleia nacional reflete ou não do eleitorado obteve os seguintes resultados:

Gráfico 1 Gráfico 1 Opinião dos cabo-verdianos quando questionados se " a assembleia nacional reflete ou não o eleitorado cabo-verdiano"



Fonte: Afrobarómetro

As opiniões dividem-se no que diz respeito a eleição do Presidente da República, (SILVA, 2009) fala em um dos aspetos mais originais do sistema político-constitucional cabo-verdiano. Que é a participação dos emigrantes nas eleições presidenciais, introduzida em termos amplos pela Constituição de 1992 e pela legislação eleitoral:

Tabela 7- Circos Eleitorais Nacionais no Estrangeiro

Circos eleitorais no Estrangeiro		
Circo Eleitoral da África	Circo eleitoral América	Circo Eleitoral da Europa e Resto do Mundo
Angola	EUA	Portugal
Senegal	Brasil	França
S. Tomé e Príncipe		Itália
		Holanda
		China

Fonte: CNE

- Conferindo o direito de voto aos emigrantes
- Permitindo que este direito seja exercido no país da sua residência
- Estabelecendo dois círculos eleitorais: o do território nacional e o do estrangeiro, correspondendo a cada círculo um colégio eleitoral;
- Determinando que, se a soma dos votos dos eleitores recenseados no estrangeiro ultrapassar um quinto dos votos apurados no território nacional, seja convertida em número igual a esse limite e o conjunto de votos obtidos por cada candidato igualmente convertido na respetiva proporção.

4.2.3) A Aplicação do Método de D'Hondt e os Pequenos Partidos Políticos

Do ponto de vista de (Evora, 2009) “o método de representação proporcional de D'Hondt, e a forma de representação menos proporcional que existe, e isto não deixa de ser um paradoxo”, um vez que sua finalidade é traduzir de maneira mais fácil as preferências dos eleitores a preferência dos eleitores num órgão legislativo. Um vez que de acordo com a autora este método costuma favorecer os grandes partidos em detrimento dos pequenos partidos. Favorece neste caso o PAICV e o MPD, uma vez que conseguem eleger a maioria dos deputados nos circos de maior magnitude eleitoral.

Em cada círculo eleitoral do território nacional e do estrangeiro a conversão dos votos em mandatos faz-se de acordo com o método de representação proporcional de Hondt. O método D'Hondt, também conhecido como método dos quocientes ou método da média mais alta D'Hondt, é um método para alocar a distribuição de deputados e outros representantes eleitos na composição de órgãos de natureza colegial. O método tem o nome do jurista belga que o inventou, Victor D'Hondt. O método é usado em países como Cabo Verde, Portugal, Timor-Leste, Argentina, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, Islândia, Paraguai, Uruguai e outros países.

Em Cabo Verde utiliza-se os sistemas: eleitoral maioritário e o sistema de representação proporcional, nos quais funciona em Cabo Verde para as Legislativas e Presidenciais respetivamente.

Ilídio Silva diz que a utilização do método D'Hondt em Cabo Verde apesar de ser o mais usual em todo o mundo é questionável. Segundo este eleito municipal para o circo eleitoral de São Vicente, nos não temos que copiar modelos nem adaptar modelos só porque é mais usual ou não, ou porque funciona em algumas paragens, pois pode funcionar em outras paragens mas é completamente diferente do que Cabo Verde. As nossas leis deve ser leis que sirvam os nossos interesses pois as nossas leis são leis para outras paragens e apesar de serem aprovadas pelo parlamento na sua essência não beneficiam o país.

Celeste Fonseca, considera o método D'Hondt como sendo mais um condicionamento aos pequenos partidos político, do qual a entrevistada diz que “há

quem que até defenda que este método de representação proporcional deveria ser repensado, ou mesmo adaptado pois não se adequa a realidade cabo-verdiana”, apesar de defender que o sucesso dos partidos políticos esta mais intimamente ligada ao momento, a sua mensagem, e a sua ideologia política do que de um método ou outro que se possa adotar ou não, apesar de lhe reconhecer um certo desfavorecimento neste sentido.

Alcides Graça. Acha que o método DHondt, não e nem justo nem injusto. Podese contestar sim o método mas não a sua justiça, porque este tem funcionado muito bem apesar de penalizar obviamente os pequenos partidos, mas e este o método que se itilisa logo não se pode dizer que e justo ou injusto sendo perfeitamente adaptável as necessidades de Cabo Verde.

No sistema de representação proporcional¹³ e aplicada o método de Hondt e da média mais alta para se converter o número de votos obtidos por cada força política em mandatos. As lista são fechadas e bloqueadas, os eleitores não conseguem escolher os deputados do seu circo eleitoral presentes na lista em que quer votar, podendo apenas votar no partido da sua preferência, Os candidatos eleitos serão aqueles que encabeçam a lista, segundo a ordem de apresentação feita pelo partido.

Tendo em conta um circo eleitoral que hipoteticamente elege oito mandatos e concorrem a estes mandatos, quatro partidos políticos (A,B,C e D), obteve-se os seguintes resultados por partidos que estão assim distribuídos tendo em conta o método de Hondt, como manda o artigo 416º do Código Eleitoral de Cabo Verde¹⁴.

¹³ Artigo 105º (**Conversão de votos**) A conversão de votos em mandatos, em cada colégio eleitoral plurinominal, far-se-á de acordo com o princípio da representação proporcional, salvo nos casos previstos na legislação eleitoral.

¹⁴ Artigo 416º (**Critério de eleição**) Em cada círculo eleitoral do território nacional e do estrangeiro a conversão dos votos em mandatos faz-se de acordo com o método de representação proporcional de Hondt, procedendo-se da seguinte forma: *a)* Apura-se, em separado, o número de votos recebidos por cada lista no círculo eleitoral respetivo; *b)* O número de votos apurados por cada lista é dividido, sucessivamente, por 1, 2, 3, 4, 5, etc., sendo os quocientes alinhados pela ordem decrescente da sua grandeza numa série de tantos termos quantos os mandatos atribuídos ao círculo eleitoral respetivo; *c)* Os mandatos pertencem às listas a que correspondem os termos da série estabelecida pela regra anterior, recebendo cada uma das listas tantos mandatos quantos os seus termos na série; *d)* No caso de restar um só mandato para distribuir e de os termos seguintes da série serem iguais e de listas diferentes, o mandato cabe à lista que tiver obtido menor número de votos.

Tabela 8- Distribuição de mandatos de acordo com o Método DHondt

PARTIDOS	MANDATOS				
	1	2	3	4	5
A	25000	12500	8333	6250	5000
B	20000	10000	6666	5000	4000
C	18000	9000	6000	4500	3600
D	6000	3000	2000	1500	1200

Fonte: Conceção própria.

O **partido A**, elegeu o 1 mandato, o 4 mandato, o 7 mandato,

O **partido B**, elegeu o 2 mandato, o 5 mandato, e o 8 mandato,

O **partido C**, elegeu o 3 mandato e 6 mandato,

O **partido D**, elegeu o 9 mandato.

Feita distribuição dos oito mandatos do circo eleitoral, houve uma igualdade de votos na atribuição do nono e último mandato, este será atribuído ao partido menos votado de acordo com o disposto na alínea d) do Artigo 416º do CECV. Neste aspeto o nosso código eleitoral, beneficia os partidos de menor expressão em detrimento dos mais votos.

4.3) O Financiamento Eleitoral

O financiamento público aos partidos políticos, e um outro fator condicionante ao enraizamento de outras forças políticas no país, uma vez que esta é feita de acordo com a representação de cada partido, disponibilizando recursos públicos aos partidos políticos para custear as suas campanhas eleitorais. Mas tal distribuição dos recursos só contribui para vincar as diferenças já existentes uma vez eu a desproporção e latente entre os dois maiores partidos (PAICV e MPD) e a UCID que tem somente 2 deputados logo o valor que recebe por estes dois deputados é irrisório se comparado com que tem direito a receber o MPD e ao PAICV pelos seus 32 e 38 deputados respetivamente. (Evora, 2009).

Um partidos com fraca expressão parlamentar tem sérios problemas de se financiar se este não possuir outras formas de custear os seus custos de

funcionamento e custos eleitorais. Uma vez que as campanhas eleitorais movimentam milhões em estratégias de publicidade e de marketing que exige uma disponibilidade financeira que muitas vezes não existe de igual modo para todos o que gera diferentes opiniões sobre a forma como se procede ao financiamento público aos partidos políticos.

Lídio Silva discorda da forma como esta lei é aplicada, e acha mesmo que ela é errada na sua essência, uma vez que havendo financiamento público este deveria ser igual para todos. Apesar de achar que os partidos políticos e os candidatos e que devem custear as suas campanhas eleitorais assim como acontece em outros países como é o caso dos Estados Unidos da América, em que esta é uma matéria a cargo dos candidatos, e deveria ser o mesmo em Cabo Verde pois a nossa realidade é outra, bem diferente da dos EUA, logo se num país com mais recursos e assim nós também deveríamos agir de acordo com a nossa realidade e fazer o mesmo.

Também Celeste Fonseca, acha que esta lei também é um fator que contribui para acentuar o fenómeno da bipolarização no país, mas a lei é esta logo os partidos devem saber contornar este fator, nomeadamente junto dos seus sócios e simpatizantes de modo a poder fazer face às suas despesas eleitorais, através de estratégias de recolha de fundos, também uma outra possibilidade apontada por esta autarca, foi a possibilidade de estes estabelecerem acordos de cooperação com partidos de mesma família ideológica de outros paragens e que dispõem de outros recursos, e deste modo conseguir mais financiamento. Esta lei não pode configurar uma barreira mas sim um incentivo aos partidos de menor expressão.

Nesta matéria, opinião contrária é formulada por Alcides Graça, que diz que “a democracia é uma coisa terrível porque a própria democracia pode produzir injustiças relativas, mas são as regras da democracia, uma vez que os partidos são tratados de acordo com a sua projeção, um partido que tem trinta assentos no parlamento não pode ser tratado da mesma maneira que um partido que tem um ou dois assentos no parlamento, ao igualar aquilo que é desigual pode-se cometer uma desigualdade”. Adianta ainda que o que se deve fazer por parte destes partidos, é trabalhar no sentido de mudar estes cenários e conseguir mais assentos no parlamento.

Pois se assim fosse alguém formaria um partido e por exemplo receberia do estado dois mil contos e passaria a viver com dois mil contos mensais, por exemplo, portanto o subsídio que se dá ao PAICV e ao MPD em função da sua grandeza e penetração na sociedade cabo-verdiana se fosse igual aos outros partidos, seria uma forma fácil de ganhar dinheiro fácil. As responsabilidades que o PAICV e o MPD nem a UCID tem. Logo estes devem crescer convencendo a sociedade cabo-verdiana de que são uma alternativa para a governação de Cabo Verde.

4.3.1) Os Partidos Burgueses

A razão de ser da disputa eleitoral pelos partidos se encontra na busca da vitória eleitoral e, por conseguinte, do poder. Nessa busca incessante pelo poder tornasse necessário a alocação de certos recursos Humanos e financeiros, como base de todo este processo das disputas em campanhas eleitorais.

Nildo Viana toma como exemplo o Brasil, para nos fazer ver como que o próprio sistema eleitoral pressiona os partidos políticos a buscarem a vitória. Isto se vê claramente na legislação sobre o uso do horário gratuito em rádio e televisão no Brasil. Segundo a legislação, somente os partidos que possuem um determinado número de cadeiras no parlamento é que podem utilizar o horário gratuito e o tempo é dividido proporcionalmente pelo número de deputados de cada partido, o que significa que o partido mais forte, que é o que conseguiu mais vitórias eleitorais, e, por conseguinte, elegeu mais deputados, terá maior espaço no tempo do horário gratuito. (Viana, 2003) No caso de Cabo Verde, a legislação em vigor no CECV, garante um igual tratamento a todas as candidaturas, e prevê sanções as estações de rádio e televisão que não respeitarem esta disposição, previstas na lei. Logo há cada vez mais uma necessidade permanente de melhorar os resultados eleitorais para ter mais privilégios.

A vitória é então a objetiva dos partidos políticos. Mas para conseguir esta vitória, na sociedade capitalista contemporânea, é preciso possuir recursos financeiros, pois uma disputa eleitoral na atualidade não se faz sem propaganda de massas, cabos eleitorais, discurso planejado e divulgado para ampla camada da população, etc. (Viana, 2003)

Esta percepção do autor levou-o a distinguir os partidos de puros recursos financeiros- partidos pequenos, dos partidos com grande poderio económico- os partidos burgueses.

Os partidos burgueses possuem uma vantagem considerável neste ponto. O efeito dessa necessidade eleitoral é reforçar a corrupção e burocratização dos partidos social-democratas e diminuir a força da participação das camadas mais desfavorecidas da sociedade. Os partidos burgueses possuem muito mais recursos financeiros para realizar propaganda de massas e tudo que lhe acompanha (panfletos, outdoors, comités, cabos eleitorais, automóveis, aparelhagem de som, adesivos, estrutura para produzir jornais e programas de rádio e televisão e até mesmo “distribuição de brindes”, tais como camisetas, bonés, chaveiros, canetas, etc.).

Mas para Nildo Viana a própria sociedade acaba por de certa forma exigir esta mutação por parte dos partidos políticos, em que o ser tornou-se mais importante que o ser, numa sociedade cada vez mais capitalista. A democracia burguesa, através de seu modo de funcionamento e no contexto de uma sociedade capitalista, condiciona a ação dos partidos políticos. Um bom observador da política parlamentar quotidiana verá que os fatos confirmam esta afirmação. (Viana, 2003)

CAPÍTULO V: BIPOLARIZAÇÃO PARTIDÁRIA E SEU IMPACTO NA DEMOCRACIA CABO-VERDIANO

5.1) A Participação Vs. Abstenção Eleitoral em Cabo Verde

Neste capítulo procuraremos explorar a temática da participação e abstenção eleitoral como uma das formas de expressão da democracia e um dos elementos a ter em conta na análise que se pretende fazer a democracia cabo-verdiana particularmente o fenómeno da bipolarização partidária enraizada no arquipélago. Se a democracia significa o poder do povo, o povo deve participar do primeiro momento em que ele é chamado a expressar a sua opinião/preferência e a participar na vida política da sua sociedade.

As eleições podem ser tomadas pelos partidos políticos e candidatos como o momento de se submeter a análise popular das suas propostas ou do trabalho feito ao longo dos mandatos, uma prospeção qualitativa, que visa traduzir quantitativamente a aceitação popular de cada candidato.

Pasquino (2002), define a participação política como sendo um “conjunto de atos e de atitudes que aspiram a influenciar de forma mais ou menos direta e mais ou menos legal as decisões dos detentores do poder no sistema político ou em organizações políticas particulares”.

Para Bobbio (2000), o voto é importante devido ao facto de “(...) o voto, ao qual se costuma associar o relevante ato de uma democracia atual, é o voto não para decidir, mas sim para eleger quem deverá decidir”, uma vez que estamos a transferir um poder para outra pessoa e derivado a importância deste poder na vida socioeconómica, o voto deve ser vista de outra forma.

Cruz (1995) diz que É apetecível a consciencialização política para uma mais ampla participação, isto é, para uma mais profunda vida democrática. Deseja-se a politização como condição de participação, porque nela está a garantia de sobrevivência de um regime também, desejável, e lamenta-se a despolitização enquanto provoca a “desparticipação” e o enfraquecimento da democracia representativa. Por politização entendemos assim a progressiva tomada de consciência dos direitos e deveres público.

De acordo com (Cruz, 2014), a participação política pode ser desdobrada em duas formas: a “Participação política Latente” e a “participação política Manifesta”, num contexto de formas individuais e formas coletivas de participação. Que a participação latente (passiva) pode ser baseada na “simples observação de que os cidadãos fazem atualmente muitas coisas que não são diretamente classificadas como «participação política», mas que ao mesmo tempo têm ou produzem um grande impacto nas futuras atividades políticas de tipo convencional”. Ou seja, poderão estar na base desses futuros comportamentos por parte dos cidadãos.

Tabela 9- Participação Política Latente e Manifesta

Participação Latente		Participação política Manifesta (Participação Ativa)		
Participação Cívica		Participação Política Formal	Ativismo (participação Extra parlamentar)	
Envolvimento/interesse	Envolvimento Cívico/Ação		Legal	Ilegal
			Formais Individuais	
Interesse pessoal por assuntos políticos e questões sociais; Acompanhamento de assuntos políticos	Atividades baseadas no interesse pessoal e no acompanhamento das questões políticas e sociais	Participação eleitoral e atividades de contacto com os atores políticos.	Formas de participação extraparlamentar: fazer ouvir a sua voz ou fazer a diferença por meios individuais	Atos ilícitos realizados numa base individual e motivados por questões políticas
Formais Coletivas				
O sentimento de pertença a um determinado grupo ou coletivo com um perfil político distinto ou agenda própria. Estilo de vida relacionado com opções políticas (identidade, roupas, música, alimentação, valores).	Trabalho voluntário parra melhorar as condições de vida da comunidade local, para ações de solidariedade ou ajudar os outros (fora do círculo familiar ou de amigos).	Participação política organizada: filiação num partido político, num sindicato ou outra organização cívica.	Formas organizadas de forma débil ou participação política em rede: Novos movimentos sociais, manifestações, greves e protestos.	Atividades e protestos violentos e ilegais: manifestações, motins, danificação de propriedades; invasão de edifícios, confrontos com a polícia ou oponentes políticos.

Fonte. Costa 2014

França, (2008) Define a abstenção eleitoral como sendo um fenómeno mundial devido a descrença na política, o descrédito nos partidos, o fraquejar das instituições e a fragmentação da democracia representativa naquilo em que o autor chama de abstencionismo de protesto.

E como um fenómeno mundial, Cabo Verde não fica indiferente a este fenómeno político e como tal se fizemos uma breve análise as diversas eleições ocorridas no arquipélago desde a sua abertura ao multipartidarismo, os números podem falar por si sós. O fenómeno tem originado discussões várias a nível interno e não só também a nível internacional, o que até motivou um apoio financeiro por parte da Comissão Europeia, que disponibilizou ao CNE uma verba no valor de 300 mil euros cerca de 33 milhões de escudos cabo-verdianos para combater a elevada abstenção que tende a ensombrar as eleições de 2016 tendo em conta recentes estudos de opinião levadas a cabo pela INE. Vários são as razões que justificam o desinteresse dos cabo-verdianos na política, entre eles o “baixo nível” de confiança nos políticos. Estudos recentes apontam que 66% do eleitorado interessa-se “pouco ou nada” pelas eleições. As mulheres e os jovens são os menos interessados. Na segunda volta das presidenciais de 2011, a abstenção atingiu níveis alarmantes. Boa Vista foi o extremo com 83% de abstenção. O ano de 2016 será marcado por três eleições - legislativa, autárquicas e presidenciais. Algo que está a ser referenciado como um importante exame à nossa jovem democracia (25 anos). E que o PAICV que governa há 15 anos começa a cristalizar-se no poder, enquanto o MPD, maior partido da oposição, defende a alternância política e, por isso, pretende reverter este cenário. Entretanto, as preocupações estão desde já a serem colocadas encima da mesa. A abstenção é uma delas. Para combater esta tendência, a Comissão Nacional de Eleições (CNE – órgão da administração eleitoral) assinou um contracto de financiamento com a União Europeia para implementar o projeto “Participe – Cabo Verde”. Este tem por objetivo fomentar a cultura política e, com isso, combater a tendência de abstenção que paira sobre as eleições de 2016.¹⁵

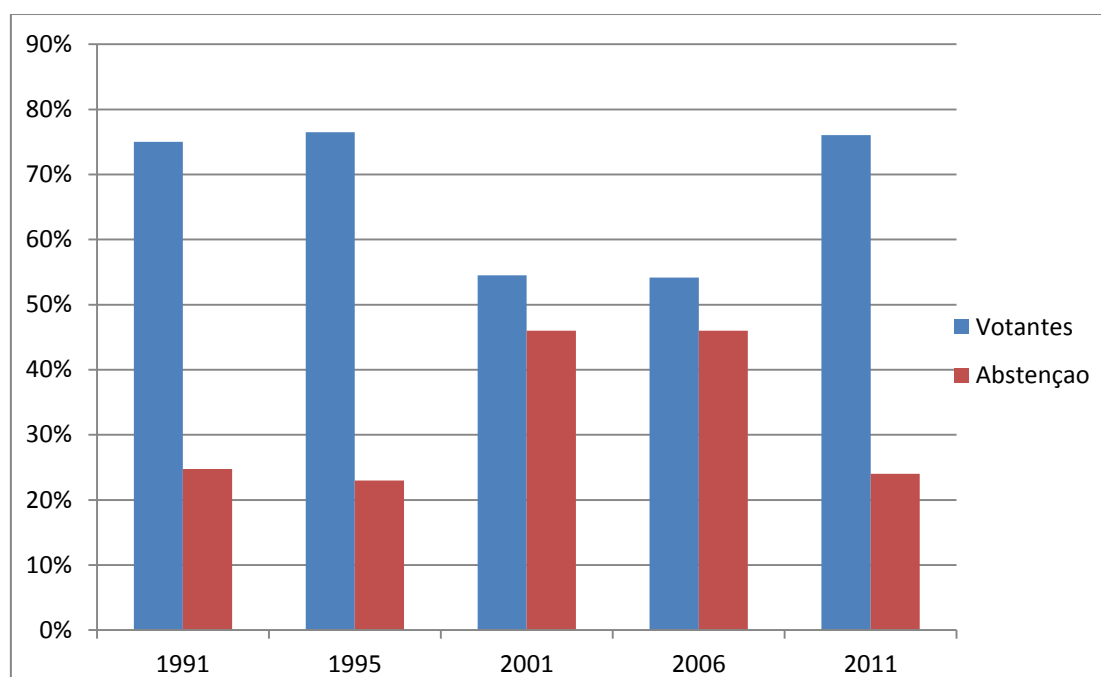
As legislativas revestem-se de um carácter especial em relação as demais eleições que se realizam no país uma vez que e nestas eleições que escolhem o candidato que encabeçará o governo e o partido que o suporta para a definição dos destinos do país. Logo e de todo pertinente analisar com tem sido encarado este modo de escrutínio no nosso país desde a abertura ao pluripartidarismo.

¹⁵ Jornal A Semana edição online de 14 de novembro de 2015, em linha, disponível em <http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article114502> consultado segunda-feira 30/11/15.

Tabela 10 A Evolução dos Valores da Abstenção nas Legislativas

	1991	1995	2001	2006	2011
Inscritos	166.818 100%	207.648 100%	260.126 100%	322.767 100%	298.567 100%
Votantes	125564 75.27%	158.901 76.5%	141.836 54,5%	174.830 54.17%	226.942 76.07%
Abstenção	41.254 24.73%	48.747 23.48%	118.290 45,5%	147.937 45,83%	71.625 23.98%

Fonte: Conceção própria a partir de dados da CNE e da <http://africanelections.tripod.com/cv.html>.

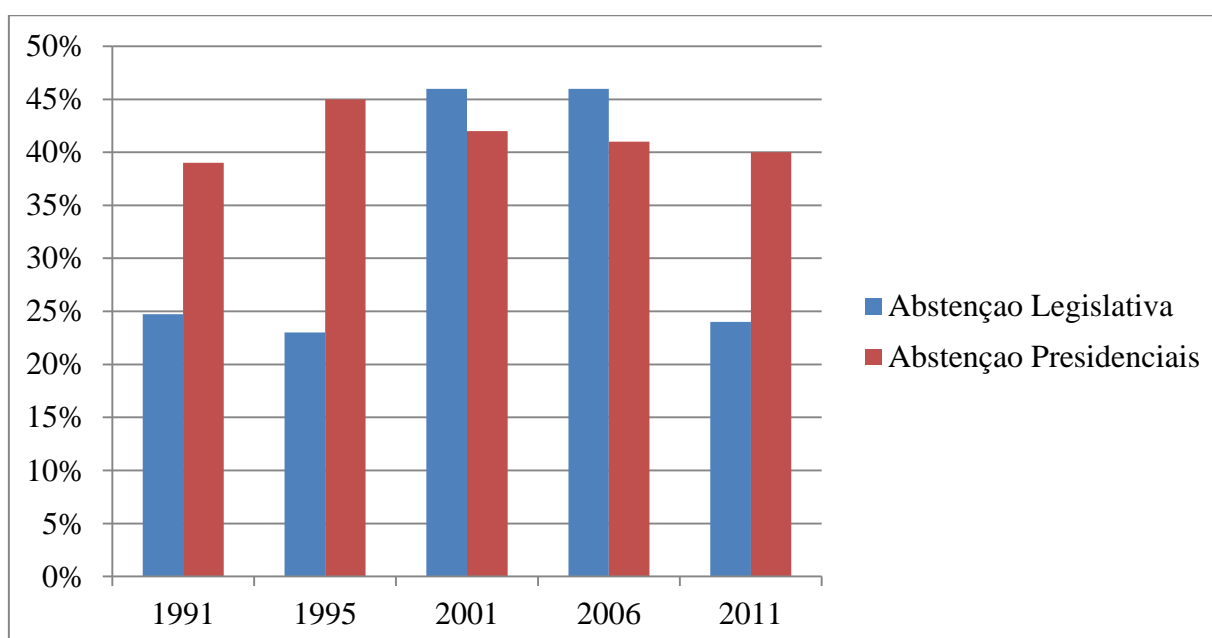
Gráfico 2 Valores da Abstenção nas Legislativas

Fonte: Conceção própria a partir de dados da CNE e da <http://africanelections.tripod.com/cv.html>

Da leitura dos gráficos e da tabela acima, podemos constatar que a abstenção eleitoral em Cabo Verde nas Legislativas tem sido inconstante. 2011 foi o ano em que se registou um maior nível de participação eleitoral em Cabo Verde.

Comparativamente com as outras eleições, em que de menos de em 1991 a abstenção situou-se nos 24,73% e 1995, um pequeno decréscimo deste valor para os mínimos históricos de 23,48%. Em 2001 estes valores dispararam para os 45,5% e em 2006 atingiu-se os máximos históricos com uma taxa de 48,83%. Desde as primeiras eleições democráticas em Cabo Verde, abstenção aumentou 23,35% num valor médio de 32,7%, um valor muito alto mesmo com os valores verificados nas últimas eleições de 23,98% ainda assim insatisfatórios.

Gráfico 3 Abstenção nas Legislativas e Presidenciais



Fonte: Conceção própria a partir dos dados da CNE e da <http://africanelections.tripod.com/cv.html>

Se compararmos os dados da abstenção das legislativas com o das presidenciais, constatamos que, nas duas primeiras eleições, a abstenção era muitíssimo maior nas presidenciais do que nas legislativas, em 1991 a diferença é de 14 pontos percentuais e em 1995, aumentou para uns expressivos 22 pontos percentuais na primeira década da democracia cabo-verdiana. Na segunda década este fenómeno inverteu-se. Em 2001 nas eleições que marcaram o regresso ao poder do PAICV houve maior abstenção nas legislativas com uma diferença entre as presidenciais de 4 pontos percentuais e nas seguintes de 2006 foi de 5 pontos percentuais. Em 2011, a abstenção

nas legislativas desceu drasticamente para 24%, cavando um poço de 16 pontos percentuais para as presidências que se situou nos 40%.

Segundo (Évora e Ramos2013) a diferença nos valores da abstenção verificados nas legislativas e presidenciais e explicado da seguinte forma;

As taxas oficiais de abstenção e participação eleitoral indicam uma oscilação e comportamentos eleitorais distintos dependendo da eleição em causa. O eleitor é seletivo e a maior taxa de abstenção eleitoral é a presidencial. A menor taxa é verificada nas legislativas. As disputas eleitorais dos três níveis de poder mobilizam recursos financeiros desiguais e esse aspeto tem também um papel nos momentos de mobilização eleitoral e com influência nas taxas de votação. (Évora e Ramos, 2013)

Para (Evora, 2004) a abstenção eleitoral em Cabo Verde esta em muito ligada ao passado colonial extremamente repressivo, juntamente com os anos de regime autoritário e o facto de os primeiros anos de democratização terem sido marcados por muitos acontecimentos que marcam uma certa continuidade com o passado, acabaram por produzir uma cultura política passiva, de baixo engajamento cívico, de pouca participação popular.

Fonseca e bastante incisiva no que toca a tematica da abstenção eleitoral como um problema da nossa democracia, e Considera o fenómeno da abstenção algo preocupante, para a presidenta da Assembleia municipal de São Vicente “o não voto constitui a morte da democracia”. Isto requer por isso um trabalho muito sério por parte da CNE e particularmente das comissões regionais de eleições num trabalho de proximidade que envolve também as estruturas partidárias.

Para Graça o que na verdade afeta a democracia e o fenómeno da abstenção. Porque não se pode compreender tais taxas de abstenção que se tem registado nas últimas eleições onde num país tão pequeno como Cabo Verde aonde as pessoas são chamadas a pronunciarem-se sobre o futuro que preferem e não respondem. Por mais que as pessoas possam estar desiludidas com os dois maiores partidos isto não pode justificar a abstenção um vez que o seu voto não e limitado a somente a estes há outras opções, que inclusive pode até ser o voto em branco, que e uma forma de manifestar o

descontentamento e abster-se do direito ao voto e omitir da responsabilidade que todos nos devemos ter. Apesar de reconhecer uma certa responsabilidade neste sentido aos partidos políticos, uma vez que estes têm de ser cativantes para levar as pessoas a votarem e quando não conseguem o fazer é óbvio que tem a sua cota-parte de responsabilidade nesta matéria.

Silva diz que os partidos políticos totalmente culpados pelos valores da abstenção que se verificam no país. Considera este eleito municipal pela UCID que os partidos em cabo verde só pensam nas eleições uma vez que infelizmente como frisa, estes só funcionam em função das eleições. Não há nada programado para resolver os problemas do país de acordo com aquilo que deveria ser um sistema democrático com vista a resolver os problemas da sociedade e isto se reflete num descrédito e na abstenção eleitoral. Uma vez que os partidos são instrumentos ao serviço da comunidade para tentar resolver os problemas. Mas para se conseguir isto tem que se planificar, e respeitar as ideias de tudo e de todos aproveitando as ideias de toda agente, o que não acontece levando ao descrédito político.

Neste sentido (Évora e Ramos, 2013) identificaram um conjunto de fatores que tem estado na base da abstenção eleitoral em Cabo Verde por, por faixas etárias;

Mas o fenómeno da abstenção não é somente de foro interno, este canha proporções gigantescas quando, se trata dos circos eleitorais do estrangeiro. Dados oficiais do INE permitem concluir que existe uma profunda apatia no eleitorado da diáspora e a prova é a alta abstenção eleitoral dos círculos eleitorais da diáspora cuja taxa ultrapassa os 50%, e em alguns casos chega a 70%. Razões de ordem técnica e características do perfil do eleitor da diáspora explicam as taxas de participação/abstenção daqueles círculos. Persistem dificuldades das autoridades eleitorais operarem com eficiência nos círculos do estrangeiro, a questão da prova de nacionalidade cabo-verdiana para inscrição nos cadernos eleitorais é apontado pelos partidos políticos como um constrangimento. Os vários atores implicados no processo eleitoral apontam também, a falta de políticas e medidas de integração da diáspora com Cabo Verde. A integração dessa diáspora é vista como um fator importante para a participação política e na ausência dela, o eleitor opta pela apatia em participar dos processos eleitorais.

Évora e Ramos, (2013) apontam neste sentido aqueles que consideram ser os motivos que levam a abstenção em Cabo Verde;

A principal razão para justificar a não participação num ato eleitoral prendesse com motivos de ordem pessoal/familiares, as principais causas para a não participação tendem a relacionar com o descontentamento com o sistema político e com o comportamento dos representantes políticos. Assim, o facto de não ganharem nada em troca, a descrença e a não confiança nos partidos políticos e nos políticos são as outras razões apresentadas com maior peso, em particular entre as mulheres e jovens. (...) Também que a natureza do sistema partidário e a maneira como os partidos se organizam e atuam numa sociedade refletem na decisão de ir votar ou não votar. Assim em sistemas bipartidários, como é o caso de Cabo Verde, geralmente costuma ter poucas diferenças nas propostas apresentadas ao eleitor nas disputas eleitorais. A abstenção também é vista pelos inquiridos como uma forma de mostrar o descontentamento ao sistema político, principalmente dos indivíduos com maior maturidade política.

5.2) A Questão do Voto Facultativo e Obrigatório

Paulo Henrique Soares, aponta um conjunto de aspetos contra e a favor do voto obrigatório e facultativo que nos podem servir de ponto de partida para a análise deste tema na nossa realidade cabo-verdiana.

Tabela 11 Argumentos do voto Obrigatório e Facultativo

Obrigatório	Facultativo
a) O voto é um poder-dever; b) A maioria dos eleitores participa do processo eleitoral; c) O exercício do voto é fator de educação política do eleitor; d) O atual estágio da democracia brasileira ainda não permite a adoção do voto facultativo; e) A tradição brasileira e latino-americana é pelo voto obrigatório;	a) O voto é um direito e não um dever; b) O voto facultativo é adotado por todos os países desenvolvidos e de tradição democrática; c) O voto facultativo melhora a qualidade do pleito eleitoral pela participação de eleitores conscientes e motivados, em sua maioria; d) A participação eleitoral da maioria em virtude do voto obrigatório é um mito; e) É ilusão acreditar que o voto obrigatório possa

f) A obrigatoriedade do voto não constitui encargo para o País, e o constrangimento ao eleitor é mínimo, comparado aos benefícios que oferece ao processo político-eleitoral.	gerar cidadãos politicamente evoluídos; f) o atual estágio político brasileiro não é propício ao voto facultativo;
---	---

Fonte: Conceção própria a partir dos dados de (Soares, 2004)

Para Évora (2004) os principais motivos para a abstenção eleitoral resultam do desencanto político das pessoas, por não verem os seus problemas resolvidos e também pelo facto do voto não ser obrigatório.

Celeste Fonseca, partilha desta mesma tese. Neste sentido defende que o voto deveria ser obrigatório para todos, assim como o recenseamento eleitoral, “o numero de eleitor deveria ser como o numero de identificação fiscal (NIF)”, o que faria com que as pessoas vissem o recenseamento de forma diferente, pois o não recensear significa não participar na vida política do país e vê no recenseamento obrigatório um incentivo a prática do voto. Celeste Fonseca diz ainda que há necessidade de informar mais as pessoas da importância que o voto reveste-se para todos pois só assim com um trabalho de base e leis claras para motivar a participação política se pode combater este fenómeno.

Lídio Silva o voto obrigatório implica outras regras e se tivermos regras claras o voto obrigatório é importante. Mas com certas penalizações para a camada eleitoral que não votou e que não apresentou um motivo cabal para não ter exercido a sua obrigação de voto que será provada através de um base de dados que regista os dados eleitorais de cada cidadão eleitor. Um a vez que vai funcionar se somente se dizer que o voto será obrigatório e se ficar como está.

Alcides Graça Vê o voto obrigatório como forma de se combater a abstenção eleitoral. Em última instância esta opção que tem resultado em outros países como e o caso do Brasil onde existe essa obrigação de exercício do voto. Uma vez que para já Alcides Graça acha que a prioridade deve ser trabalhar a questão do recenseamento, e que este deveria ser automático uma vez que é obrigatório mas mesmo assim as pessoas muitas vezes não se recenseiam porque não há nenhuma penalização logo acabam por não votar. Mas com o recenseamento automático pode ser um estimulante para as pessoas votarem que podem no dia das eleições e com toda a azáfama daquele dia decidir no sentido do voto mas se não estiver recenseado isto não

será possível mas se o recenseamento for automático não haverá este impedimento e a abstenção poderá diminuir.

5.3) Sobre a Compra de Voto

A compra é um ilícito moral, mas acima de tudo legal. Este está vinculada no código eleitoral no Artigo 106º número quatro que diz: “É proibido doar, oferecer ou entregar, diretamente ou por intermédio de terceiro, dinheiro ou quaisquer mercadorias, bens ou artigos que não sejam considerados simples enfeites ou adereços.”

Durante os períodos eleitorais multiplicam-se as acusações de parte a parte de compra de votos sem que se prove nada, neste sentido um estudo coordenado pela politóloga cabo-verdiana Roselma Évora, intitulado "Participação Eleitoral em Cabo Verde: Uma Perspetiva de Género", vem confirmar aquilo que já se sabia: as eleições no país são marcadas pela compra de votos, como confirmam 11% (uma percentagem que pode decidir quem vence) dos eleitores cabo-verdianos inquiridos no âmbito deste trabalho sociológico, a maioria dos quais mulheres e jovens entre os 24 e os 34 anos. Neste trabalho científico foram inquiridos 2.261 cidadãos maiores de 18 anos de ambos os sexos, nas ilhas de Santo Antão, São Vicente, Sal, Fogo e Santiago. São Nicolau, Boavista, Maio e Brava ficaram de fora deste estudo.

Também a missão de observadores da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), manifestou preocupações relativamente à possibilidade de pressão ou manipulação de consciência de voto, registada após o encerramento da campanha eleitoral para as eleições de presidenciais de 7 de agosto de 2011. A CEDEAO pretende que Cabo-Verde controle as práticas de intimidação e pressão exercida sobre os cidadãos eleitores, em particular em dias de votação, ao mesmo tempo que aconselha o envolvimento da Sociedade Civil no processo eleitoral.¹⁶

Para Silva A realidade em Cabo Verde é que quem ganha as eleições é o dinheiro, muito apesar de não achar que são todas as pessoas que vendem o seu voto. Chama ainda a nossa atenção que há várias formas de se comprar votos, pois este não reside exclusivamente ao valor que é pago logo a partida, o facto de votar num partido ou candidato porque foi-lhe oferecido algo, e também uma forma de compra e venda uma vez que não se está a cingir aos benefícios do programa do partido vai trazer para o

¹⁶ Em linha, disponível em <http://kapvert.com/noticias.php?noticia=4659>, consultado, quarta-feira, 16/12/15.

país, e a própria postura do candidato. Nesta caso a pessoa só pensa nela, e enquanto as pessoas pensarem só nos benefícios que irra ter o país não se desenvolve. Os benefícios mínimos do país desse ser posta a frente dos benefícios máximos individuais, a questão do voto é um dos grandes dilemas de um país que nos temos, com as condições que nos temos, e com os políticos que nos temos, com o povo de uma forma geral pensa no imediato e não pensa no futuro de modo a dar um contributo válido para toda a sociedade.

Contrariamente Graça não acredita na compra de votos como condicionante eleitora e diz-se naturalmente contra a compra de votos, mas também tem consciência que o nível de pobreza é tanta que acredita que haja compra de votos, mas não acredita que algum partido ganha eleições comprando. Enquanto o país tiver o nível de pobreza que tem também a democracia também não aplicada em toda a sua pujança e plenitude. Pode sim haver situações pontuais que influenciam o resultado num sentido ou noutro. Muitas vezes as pessoas precisam de saco de cimento e aproveitam essa altura de campanha para solicitar esta ajuda aos partidos políticos e prestando essa ajuda a pessoa se sente na obrigação de retribuir a ajuda com o seu voto e muitas vezes vota no partido que o apoiou, mas ver compra de votos nunca viu e não pode comprovar essa compra.

Por seu turno Celeste Fonseca diz que se fala muito de compra de votos por ocasião das eleições um pouco por tudo o país mas que pessoalmente não pode tecer um opinião favorável neste assunto de modo a que se possa dizer que exista efetivamente compra de votos, uma vez que nem a mesma nem alguém da sua família alguma vez foi aliciado neste sentido pelo que prefere não entrar neste assunto embora reconheça que este tema tem sido por muitas vezes trazido ao público por dirigentes de ambos os partidos.

5.4) Democracia, Educação e Cidadania em Cabo Verde

A verdadeira Democracia (onde o povo participe de alguma forma das decisões que interferem nas relações sociais) supõe uma prática pedagógica: educar para a cidadania. Educar é um ato que visa não apenas desenvolver nossas habilidade físico-motoras e psíquico-afetivas, mas igualmente à convivência social, a cidadania e a tomada de consciência política. A educação para a cidadania significa fazer de cada

pessoa um agente de transformação social, por meio de uma práxis pedagógica e filosófica: uma reflexão/ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Uma educação voltada para o exercício da cidadania em seu sentido mais pleno, em que os cidadãos efetivamente participam das decisões políticas que os afetam. Uma concepção de cidadão enquanto sujeito político que exige uma revisão profunda na relação tradicional entre educação, cidadania e Participação Política.¹⁷

A participação política e o exercício da cidadania no seu todo é um fator de educação política do eleitor. A participação constante do eleitor no processo eleitoral torna-o ativo na determinação do destino da coletividade a que pertence, influenciando, desse modo, nas prioridades da administração pública, ao sugerir, pela direção de seu voto, aos administradores e parlamentares, quais problemas desejam ver discutidos e resolvidos. A educação da classe eleitoral também, leva o debate eleitoral para os lares e locais de lazer e de trabalho, envolvendo, inclusive, as crianças e jovens que serão os eleitores de amanhã. (Soares, 2004)

A própria CRCV consagra o exercício da cidadania. Participação na vida pública, participação na direção dos assuntos públicos, participação na organização do poder político e partidos políticos etc.¹⁸

Para Lídio Silva os partidos políticos não deixam os eleitores exercerem a sua cidadania em liberdade, pois de uma ou de outra forma e tudo compra, as pessoas muitas vezes fazem parte de um partido ou de outro porque e nesse partido que ele tem chances de ser eleito, ao em vez de varem parte das listas para darem o seu contributo para evoluir, e isso é um falha grave, porque o interesse político e partidário não permite que a democracia seja exercida na plenitude e livremente. Quem cria o desenvolvimento e o povo, mas se o povo não consegue agir de acordo com a sua consciência democrática, então ele não está a dar o contributo que deveria estar a dar em prol da democracia cabo-verdiana. Salienta ainda que Cabo Verde cresce de cima para baixo ao em vez de ser o inverso. Cabo Verde é o país onde tem mais universidades e todas juntas não chegam a uma faculdade e ainda falam de campos universitário. Não só está a dizer

¹⁷ <http://www.portalconscienciapolitica.com.br/educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20politica/> consultado domingo dia 06-12-2015.

¹⁸ Artigo 55º - (Participação na vida pública); Artigo 56º - (Participação na direção dos assuntos públicos); Artigo 57º - (Participação na organização do poder político – partidos políticos); Artigo 58º - (Direito de antena, de resposta e de réplica políticas); Artigo 59º - (Direito de petição e de ação popular); Artigo 60º - (Liberdade de imprensa).

que vamos ter universidades em cabo verde, quem de direito tem que regulamentar este processo e dizer quais são as áreas prioritárias para o desenvolvimento do país e regular a abertura destes cursos e por aí em diante com alguns incentivos pelo meio por exemplo. Evitando que haja áreas saturadas e outras com grande carência como ocorre no momento. Não se pode por em causa a qualidade do ensino universitário, mas as estruturas e as premissas que levam a ter uma universidade tem que ser outras do seu ponto de vista.

Alcides Graça acrescenta que o grau de desenvolvimento humano e o grande condicionante da nossa democracia, se a população for esclarecida e compreender o jogo político e aquilo que esta em causa numa eleição a democracia sai a ganhar.

Todavia Onésimo Silveira critica neste ponto os partidos políticos nesse ponto;

[...] a incentivação a participação é feita pelos partidos, mas sobretudo na altura das campanhas eleitorais, mas não se vê nenhum desses partidos nos bairros a ensinar as pessoas as coisas mais elementares, como por exemplo, o que é a cidadania, órgãos de poder, não se vê nenhum político nas ruas a moderar temas pedagógicos, ou seja, do seu ponto de vista não levam a instrução ao povo mas sim motivos, intenção de “arrebatar”. (Silveira cit. por (Pinto,2014))

O voto não é a única forma de os cidadãos exercerem o seu direito cívico, lei cabo-verdiana reconhece outras formas de exercício do direito democrático, nomeadamente o referendo. Esta faculdade democrática permite apreciação popular sobre uma temática específica que se entenda ser importante consultar a opinião popular antes de se tomarem decisões políticas. Consagrado na constituição no Artigo 103º numero um.¹⁹ No que diz respeito quanto a competência para a convocação do referendo, a lei do referendo numero 91/VIII/2015, compete ao Presidente da República sob proposta da Assembleia Nacional ou do Governo, convocar o referendo e marcar a data da sua realização.

¹⁹ 1. É reconhecido aos cidadãos eleitores recenseados no território nacional o direito de se pronunciarem, através de referendo, sobre questões de relevante interesse nacional ou local.

Em 25 anos de democracia, não houve até agora nenhuma consulta popular (referendo) em Cabo Verde ao longo destes anos de democracia.

5.5) O Papel dos Partidos Políticos na Consolidação Democrática

A melhor forma para analisar a força, a expressão e de certo modo o papel que um partido político pode desempenhar na democracia de um dado país passa primeiramente por verificar como este se encontra representado na assembleia. Quantos deputados eleitos e por conseguinte o seu poder de influência. Os partidos políticos são a voz dos cidadãos em qualquer democracia representativa, elas são a voz do povo no parlamento e a sua expressão na ANP, pode ser tomada como o reflexo político da sociedade. A constituição de um parlamento e um indicador expressivo da forma de governo de um estado de onde se podem tirar certas ilações.

Tabela 12 Evolução da distribuição dos mandatos na Assembleia nacional de Cabo Verde

	1991	1995	2001	2006	2011
PAICV	23	21	40	41	38
MPD	56	50	30	29	32
UCID				2	2
ADM			2		

Fonte: Conceção Própria

O quadro acima demonstra a evolução representativa dos partidos políticos na ANP de Cabo Verde desde as primeiras eleições democráticas em 1991 até as últimas legislativas de 2011. De forma muito clara pode-se descrever um quadro político bipolar em Cabo Verde com um poder alternante do PAICV e do MPD. Logo após se ter dado a abertura política o MPD vence as duas eleições seguintes elegendo a maioria dos deputados.

- Em 1991 consegue eleger 56 deputados contra 23 eleitos pelo PAICV (nesta altura o parlamento era constituído por 79 deputados).

- Em 1995 o MPD elege 50 deputados e o PAICV somente 21 (nesta altura já o parlamento era constituído pelos atuais 72 lugares).
- O ano de 2001, fica marcado pelo regresso ao governo do PAICV, que elegeu neste ano a maioria dos mandatos para a ANP, num total de 40 deputados contra 30 do MPD e 2 da ADM.
- No ano de 2006, nova vitória do PAICV, agora com 41 deputados eleitos contra 29 do MPD e 2 da UCID, ganhando assim dois lugares ao MDP e a UCID a conseguir eleger o mesmo numero de deputados que tinha eleito a ADM, aliança política ao qual pertencia.
- Em 2011, o domínio político do PAICV ficou evidente quando conseguiu o seu terceiro mandato consecutivo. Pela primeira vez na nossa jovem democracia um partido tinha ordens para governar por três mandatos consecutivos. Nestas eleições o PAICV elegeu 38 deputados, o MPD 22 e a UCID manteve os seus 2 deputados.

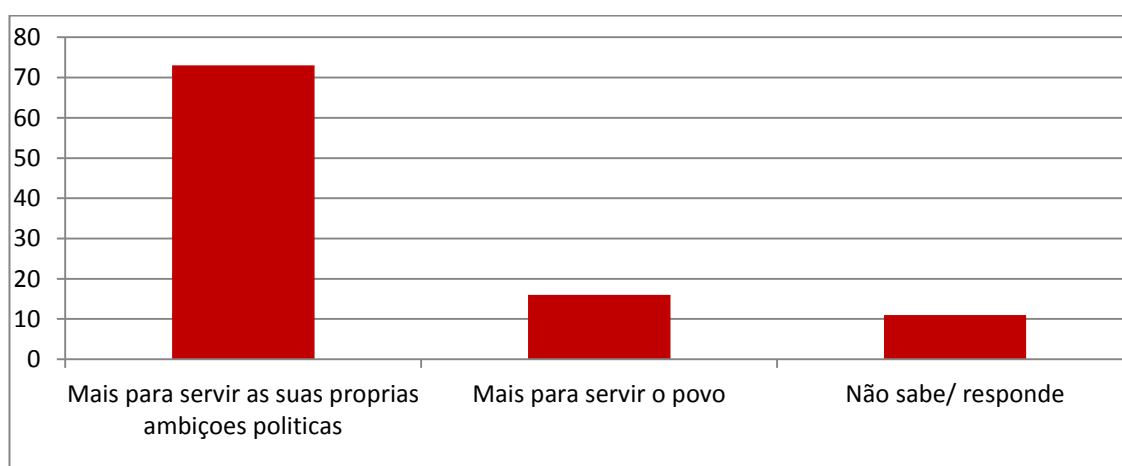
Os partidos políticos têm que funcionar numa lógica de formação de consciência, de dar abertura ao povo para que cada um possa analisar os problemas dos partidos e votar de forma consciente em função dos programas de cada partido e em segunda linha em função também do perfil dos candidatos. Nesta linha só deveriam ser aceites nos pleitos eleitorais os candidatos que apresentassem o seu curriculum para que o eleitorado possa saber quem e quem e assim fazer seu juízo.

A função dos partidos políticos e esclarecer a população, se a população e esclarecida e compreender o jogo político e aquilo que esta em jogo num eleição, a democracia sairá a ganhar. Logo o trabalho para se fortalecer a democracia deve ser feita de modo a fortalecer a consciência cívica para que a participação cidadã seja consciente e de forma permanente, quando sejam chamados para exercer a sua cidadania através do voto, porque prejudica grandemente a democracia.

Mas para (Évora e Ramos, 2013) Quando os partidos não tem uma organização eficiente e um funcionamento pleno, com atividades constantes e contínuas, voltadas para a sua sociedade, uma consequência direta deste fator e o aumento do

descrédito político e a abstenção tende a crescer. O gráfico seguinte avalia a opinião dos cabo-verdianos sobre a prioridade que os partidos políticos dão aos assuntos do foro publico e pessoais.

Gráfico 4 Ambição dos líderes políticos No Parlamento



Fonte: Afrobarómetro

A maioria dos cabo-verdianos (74%) é de opinião que os líderes dos partidos políticos estão mais preocupados em promover as suas próprias ambições políticas, do que em servir os interesses do povo e nunca fazem o seu melhor para ouvir aquilo que o povo tem para lhes dizer.

5.6) A importância da Sociedade Civil democrática

Na linguagem política de hoje, a expressão "sociedade civil" é geralmente empregada como um dos termos da grande dicotomia sociedade civil/Estado. O que quer dizer que não se pode determinar seu significado e delimitar sua extensão senão redefinindo simultaneamente o termo "Estado" e delimitando a sua extensão. Negativamente, por "sociedade civil" entende-se a esfera das relações sociais não reguladas pelo Estado, entendido restritivamente e quase sempre também polemicamente como o conjunto dos aparatos que num sistema social organizado exercem o poder coativo. (Bobbio, 2007)

Os partidos têm um pé na sociedade civil e um pé nas instituições, tanto que chegou a ser proposto um enriquecimento do esquema conceitual dicotômico através da interposição, entre os conceitos de sociedade civil e de Estado, do conceito de sociedade política. (Bobbio, 2007)

Algumas instituições da sociedade civil, não muito são do que tentáculos dos partidos políticos tentando espalhar-se aumentando a sua área de influência de modo a atingir cada vez mais uma camada maior do eleitorado. A sociedade civil, o homem da sociedade civil, isto é, o homem independente, unido ao outro homem apenas pelo vínculo do interesse privado e da necessidade natural inconsciente praticamente já não existem, ou são de uma força de ação impotente nas sociedades atuais cada vez mais partidarizadas. Mas a estes a semelhança do que acontece com os partidos políticos são frutos do social humano e em teoria trabalham para o bem-estar do coletivo em detrimento do individual. As demais forças de pressão, tal como os sindicatos, movimentos sociais, etc., possuem um poder de pressão muito restrito. (Viana, 2003)

Desta forma, podemos dizer que a relação entre partidos políticos e democracia representativa é marcada pelo condicionamento que esta produz naqueles. Alguns efeitos, entretanto, não foram colocados, tal como a necessidade de recursos financeiros que provoca o surgimento de financiamento de campanhas por empresários em troca de benefícios particulares, tal como a isenção de impostos. Além de apoio financeiro, a campanha eleitoral pode contar com o apoio de instituições que devido suas fortes ligações ideológicas com segmentos da população podem fornecer muitos votos, tal como certas igrejas, que, tomando o Brasil como exemplo, apoiam candidatos em troca, entre outras coisas, de doação de terrenos públicos para instalarem novas igrejas. (Viana, 2003)

Apesar desta mencionada relação de dependência entre os partidos políticos e as organizações da sociedade civil, estes não são a mesma coisa, a relação entre estas deve ser de complementaridade natural da arte democrática visto que estas se dispõem de forma bem diferente tendo em conta seus objetivos. De um lado, temos os partidos políticos, que lutam pelo poder e tem no alcance do mesmo o seu objetivo maior não pretendem apenas influenciar ou pressionar o aparelho do Poder, mas sim conquistar e exercer o Poder Político, por outro lado temos as organizações da sociedade civil,

composta pelos grupos de pressão, associações comunitárias e sindicais e vários outros tipos de Organizações não governamentais (ONG), que exercem uma pressão sobre os poderes políticos, para que as decisões destes sejam favoráveis à realização dos seus interesses e aspirações: exercem pressão sobre os governantes para que modifiquem a lei em benefício dos seus interesses, sem pretenderem conquistar o poder político (Fernandes, 2008)

5.7) O Estado da Democracia em Cabo Verde

5.7.1) Democracia cabo-verdiana no contexto Mundial

De acordo com o índice do Economist Intelligence Unit, em 2014 o arquipélago ocupa a posição 31^a, caindo cinco lugares desde 2009 em que ocupava a 26^a posição. É o país lusófono com melhor desempenho da sua democracia superando a Portugal que se encontra na 33^a posição. Mesmo assim, não deixa de ser considerado um país com uma “democracia com falhas ou imperfeita”. Os valores mais baixos são alcançados nas categorias relativas à participação e à cultura política.

Tabela 13 Índice de Democracia (2015) (Economist Intelligence Unit – 167 países)

Países	Posição	Pontuação Geral	Processo Eleitoral e Pluralismo	Funcionamento do Governo	Participação Política	Cultura Política	Liberdades Cívicas
Democracias Plenas							
Noruega	1	9,93	10	9,64	10	10	10
Suécia	2	9,73	9,58	9,64	9,44	10	10
Islândia	3	9,58	10	9,29	8,89	10	9,71
Democracias com Falhas							
África do Sul	30	7,82	8,33	8,21	7,78	6,25	8,53
Cabo Verde	31	7,81	9,17	7,86	6,87	6,25	9,12
...

Portugal	33	7,79	9,88	6,43	6,67	6,88	9,41
...
Brasil	44	7,38	9,58	7,5	4,44	6,25	9,12
...
Timor Leste	46	7,24	8,67	7,14	5,56	6,88	7,94
...
Regimes Híbridos							
Moçambique	107	4,66	4,42	3,57	5,56	5,63	4,12
Democracias Autoritárias							
...
Angola	133	3,35	0,92	3,21	5	4,38	3,24
...
Guiné-Bissau	159	1,93	1,67	0	2,78	3,13	2,06
...

Fonte: Conceção própria a partir de dados da Economist Intelligence Unit

A estabilidade política e social existente em Cabo Verde está espelhada na pontuação sobre o “processo eleitoral e o pluralismo”. Não obstante a bipolarização partidária e a fraca consolidação e sobrevivência dos partidos pequenos, não existem focos de conflitualidade que coloquem em causa a realização de eleições livres e democráticas conforme definido pela Constituição. Cabo Verde destaca-se assim nos PALOP, superando até mesmo Portugal.

5.7.2) Democracia Cabo-verdiana no Contexto Africano

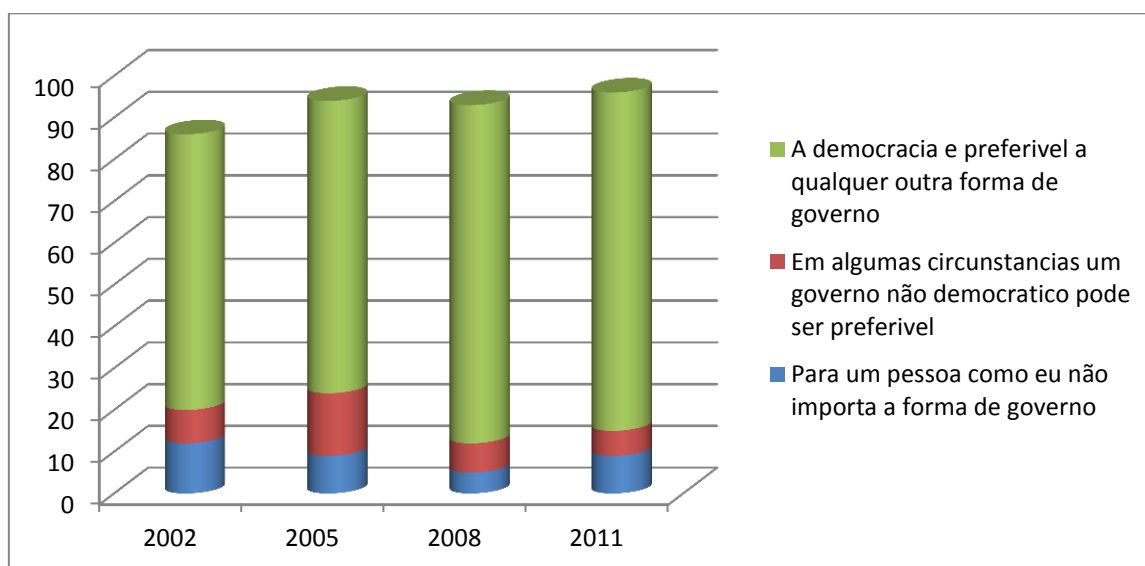
A maioria dos países africanos vive situações assaz periclitantes com efeitos perniciosos no funcionamento das suas sociedades e na satisfação das necessidades das suas populações, quer ao nível do acesso a recursos imprescindíveis para a sua sobrevivência, quer na garantia dos seus direitos e liberdades. Cabo Verde partilha alguns desses problemas, mas a uma escala menor já que, por um lado, tem beneficiado da ajuda internacional ao desenvolvimento para erradicar a fome e, por outro, nunca vivenciou conflitos étnicos ou religiosos como noutras regiões da África subsaariana. Não se estranha, pois que, quando comparado com esses países, o arquipélago se situe

em 2011 no topo do índice da Fundação Mo Ibrahim, sendo a segunda democracia mais eficaz, entre os 53 Estados considerados. É ainda de realçar que, face a 2009 a sua pontuação geral aumentou 3,3 pontos.

Tabela 14 Índice de Democracia (2011) (Fundação Mo Ibrahim – 53 países africanos)

Países	Posição 2011	Pontuação	Variação da Pontuação 2009
Ilhas Maurícias	1	82,5	3,9
Cabo Verde	2	79	3,3
Botswana	3	76,1	-0,4
Seychelles	4	75,5	-0,5
África do Sul	5	70,6	-0,9
...
São Tomé e Príncipe	12	58,4	-0,2
...
Moçambique	21	54,6	-0,6
...
Angola	42	40,8	7,1
...
Guiné-Bissau	44	37,2	-3,4
...

Fonte: Conceção própria a partir de dados da Mo Ibrahim

Gráfico 5 Opinião dos Cabo-verdianos em Relação a Democracia

Fonte: Afrobarómetro

Em Cabo Verde, os dados relativos ao estudo da Afrobarómetro/Afrosondagem sobre a qualidade da democracia, revelam que os cabo-verdianos mostram-se democratas convictos. Se em 2002, a proporção dos que partilhavam dessa opinião situava-se nos 66%, em 2011, segundo este mesmo estudo alcançou os 81%, repetindo-se os resultados assinalados em 2008.

Outros aspetos que corroboram a ideia de um maior comprometimento dos cabo-verdianos com a democracia são expressos através da defesa do princípio de que a existência de muitos partidos políticos é necessária para garantir que os cabo-verdianos tenham reais oportunidades de escolha de quem os governa, com cerca de 7 em cada 10 inquiridos a assumir essa posição, bem como quando apoiam a ideia de que devíamos poder juntar-nos a qualquer organização, quer seja ou não aprovada pelo governo. Esta última opinião é partilhada por 76% dos inquiridos. Ainda, relativamente às diferentes formas de liberdades que enformam o nosso sistema democrático, os cabo-verdianos na sua maioria entendem que gozamos dessas liberdades na sua plenitude. Deste modo, mais de 57% dos inquiridos consideram que as pessoas são completamente livres para dizerem o que pensa, contra somente 15% que entende que somos pouco ou nada livres nesta matéria; 60% defendem que a liberdade de associação é completamente livre, contra 12% que expressam opinião contrária; 77% consideram existir a liberdade total

de voto, ou seja, as pessoas escolhem em quem votar sem sentir-se pressionado. Importa referir que tem-se registado progressos nesses campos, pois a proporção dos que reclamam a existência de pouca ou nenhuma liberdade, seja de associação, seja de expressão, vem diminuindo ao longo do tempo.

No entanto quando são chamados a avaliar as instituições democráticas as opiniões são muito divergentes.

Tabela 15 Nível de Confiança das Instituições Democráticas democrática

Nível de Confiança dos cidadãos nas Instituições Cabo-Verdiana	2005	2008	2011	2014
O Exército	-	-	71	65
Os Tribunais Judiciais	66	50	69	61
O Presidente da República	47	45	66	57
O Primeiro-Ministro	48	45	60	47
A Polícia	60	46	60	55
A Assembleia Nacional	48	45	58	45
O Executivo Camarário	-	45	56	41
A Comissão Nacional de Eleições	44	44	55	45
O Partido no Poder	44	40	55	39
Funcionário das Finanças	-	-	52	37
Os partidos políticos da oposição	47	38	51	42

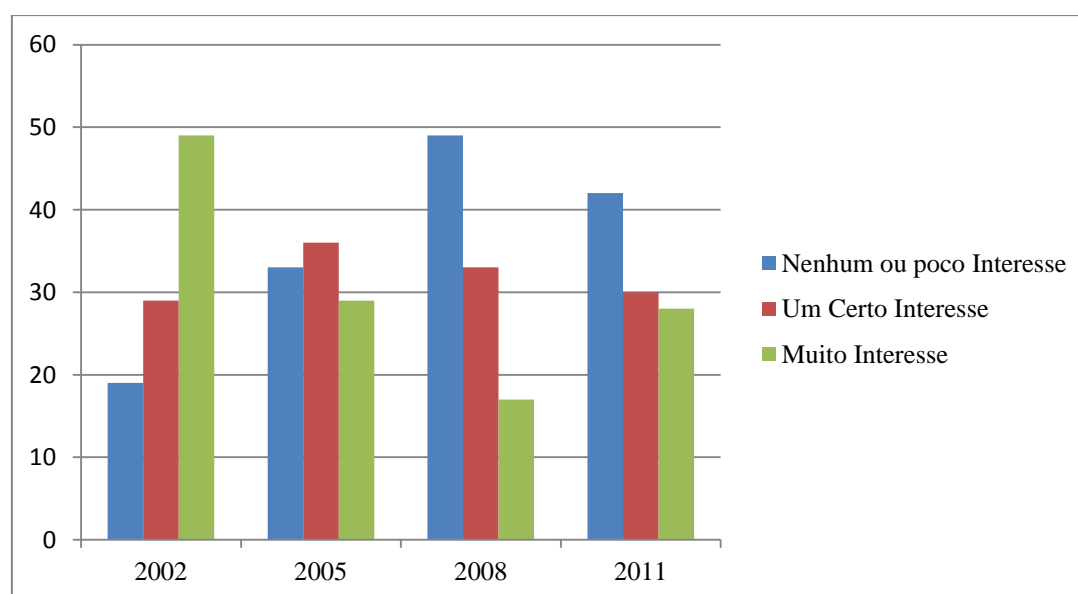
Fonte: Conceção própria a partir de dados do Afrobarómetro

Da análise do desempenho das instituições democráticas em Cabo Verde, o que se pode verificar, é que nenhuma das instituições goza no ceio da sociedade de uma aceitação constante e esmagadoramente vincada, apresentando todas oscilações pouco significativas. Podemos também verificar que das instituições em Cabo Verde, os partidos políticos são os que menos confianças gozam dos Cabo-Verdianos, tanto o governo como os da oposição. Ainda assim os Partidos Políticos da Oposição mereceram um maior grau de confiança em 2014 comparativamente ao Partido no poder, muito embora a diferença não seja tão substancial, ou seja, 42% para os partidos da oposição contra 39% para o partido no governo.

Ainda segundo o Afrobarómetro, os cabo-verdianos mostram-se menos confiantes nas suas instituições. Praticamente metade (49%) declarou que confiam nas instituições, o que indica uma perda de dez pontos percentuais, comparativamente aos dados divulgados em 2011. Todas as instituições foram afetadas pela perda de confiança por parte dos cidadãos, desde a Presidência da República, passando pela Assembleia Nacional, o Primeiro-ministro, os eleitos locais, os partidos políticos na oposição, o PAICV, sendo este último o que registou a maior queda em termos de confiança entre as instituições eleitas. Esta perda de confiança atinge tanto as instituições eleitas como as não eleitas. No entanto, constata-se que a perda de confiança é mais acentuada entre as instituições eleitas. A instituição militar e os tribunais continuam a merecer os níveis de confiança mais elevados. É generalizada a perceção dos cidadãos de que os políticos colocam na prioridade das suas agendas a resolução dos seus problemas em detrimento dos da população.

Da mesma forma, quando a questão está relacionada com os assuntos públicos que dizem respeito a toda a sociedade o interesse é igualmente pouco satisfatório como podemos verificar no gráfico seguinte:

Gráfico 6 Interesse por Assuntos Políticos



Fonte: Afrobarómetro

Denota-se uma tendência para uma diminuição de interesse nos assuntos públicos. Se em 2002, cerca de 78% dos inquiridos responderam que estavam

interessados em assuntos públicos, esta proporção caiu para 58% em 2011. Acresce-se a isto, o facto de que a maioria dos cabo-verdianos (77%) assumir que nunca discutem assuntos políticos quando se juntam com amigos e ou familiares, o que poderá estar associado eventualmente a este “distanciamento” com que os representantes se apresentam perante a comunidade.

De um esmagadora maioria que se interessa por assuntos públicos em 2002, para um claro desinteresse em 2008, e também em 2011.

5.8) Os média e a liberdade de imprensa

Cabo Verde ocupa o 24º lugar com 27 pontos no ranking dos países onde a imprensa é considerada livre, indica o relatório da Freedom House . Em 2013, lê-se no documento, apenas 14% da população mundial tinha acesso a uma imprensa "livre", o que corresponde a uma em cada sete pessoas. Cerca de 44% da população mundial vive em países onde a imprensa "não é livre" e 42% em regiões onde os media são "parcialmente livres". Cabo Verde e São Tomé e Príncipe estão no grupo de países com imprensa livre, com 27 e 28 pontos, respetivamente. Timor-Leste (35 pontos) e Moçambique (45) surgem no grupo de países de imprensa "parcialmente livre" e a Guiné-Bissau (67) e Angola (69) no grupo de países onde a imprensa não é livre.²⁰

Lídio Silva sobre este tema, acha que nem todos têm desempenhado bem o papel que lhes cabe. Uma vez que estes estão direta ou indiretamente, que rendo ou não por influência ou por “acidente de percurso” estão atrelados ao poder político e daí não saem. Apesar de não serem todos existem alguns que sem dúvida continuam a cumprir a sua missão de homens e senhoras da comunicação social, mas a grande maioria estão atrelados ao poder político e ai morrem. E identifica este fator como um dos males da nossa democracia, e que a opinião pública tem sido prejudicada dado ao facto de que a comunicação social tem a função de formar e não somente de informar, e de forma geral isto não acontece em Cabo Verde aonde as tendências e os interesses falam mais alto do que aquilo que deveria ser. Mas apesar disto o nosso entrevistado lhes reconhece a sua importância uma vez que no seu entender não existira democracia sem a comunicação social.

²⁰ <https://freedomhouse.org/report/freedom-press/freedom-press-2015#.VnG81PkWXGI> consultado quarta-feira 16/12/2015

Celeste Fonseca considera que os media de forma geral tem sim desempenhado o seu papel de formar e de informar a comunidade uma vez que a informação em Cabo Verde esta ao alcance de todos os que se interessam pelos assuntos que dizem respeito a sociedade. Por outro lado considera que os média são de certa forma condicionados no exercício das suas funções tanto pelo facto de estes terem que seguir a linha editorial do órgão pelo facto trabalha tanto também por questões nomeadamente politicas. Mas isto e uma questão que de certa forma se pode a te entender porque alguém que dependa do seu salário para viver não pode ser comparado com alguém que vive de recursos próprios e isto tem implicações. Um exemplo da censura que se faz sentir apontado pela nossa entrevistada e o caso de um dos habituais comentadores do jornal da noite da RTC, que habitualmente e presença assídua neste espaço informativo mas que nas últimas semanas tem estado ausente alegadamente depois de duras críticas ao chefe do executivo nacional o primeiro-ministro Dr. José Maria Neves. Celeste Fonseca diz que a pressão existe sim e condiciona a democracia.

Se há coisa que existem em Cabo Verde e é reconhecida e a liberdade de imprensa. Mas se calhar a imprensa nacional no seu todo tem vindo a pecar pelo facto de não haver ainda a especialização da classe jornalística. Porque não se trabalha as especificidades de cada um e logo um jornalista que perceba mais de desporto quando trabalha a política tem mais dificuldade e vice-versa perdendo a qualidade do trabalho feito e ficando a necessidade do jornalismo especializado particularmente na parte política.

CONCLUSÃO

A Segunda Guerra Mundial demonstrou ao mundo inteiro, e de maneira adequada, o aventureirismo e a condenação ao fracasso de quaisquer planos imperialistas de escravização dos povos amantes da liberdade, qualquer que seja a bandeira sob a qual se encubram. Já no decurso da segunda guerra-mundial, se revelara com toda a força a podridão do sistema colonial, a inconsistência dos impérios coloniais e o despertar das amplas massas populares das colónias, que não desejam continuar vivendo sob o jugo estrangeiro. Por isso; desvanecem-se as esperanças nos atuais cálculos das camarilhas reacionárias internacionais e dos monopólios capitalistas, de conseguirem impunemente a ampliação das fronteiras da exploração colonial, do alargamento das cadeias da escravidão a novos países e povos.

Era indubitável não poder existir uma paz bastante prolongada, firme e justa enquanto os milhões de habitantes dos países coloniais e dependentes continuem privados dos seus direitos humanos elementares. Os povos coloniais, a maioria dos quais participou da luta antifascista comum, quiseram ser libertados do jugo da opressão colonial, e neste sentido movimentos nacionalistas um pouco por todas as colónias desencadearam os seus processos de libertação do jugo colonial que oprimia esses povos. Como colónia portuguesa ou província ultramar como era especialmente tratado pela colónia Cabo Verde desencadeou também o seu processo revolucionário liderado pelo PAIGC. Um partido binacional comandado por Amílcar Cabral que lutou pela independência destes dois povos.

Após a luta armada travada nas matas da Guiné-Bissau Cabo Verde ascendeu a independência a 5 de julho de 1975, e foi governado pelo partido da sua independência que instaurou um regime mono-partidário no país e governou até 1991 altura da abertura política, que é marcada pela vitória eleitoral do MPD. Este mesmo partido governou por dois mandatos até 2001 altura que o PAICV regressou ao poder e vai já em três mandatos consecutivos e conduzindo o país a um cenário de bipolarização partidária, que constitui neste caso o próprio tema desta trabalho.

Com o término deste tema podemos afirmar que o fenómeno da bipolarização partidária existente em Cabo verde tem influenciado a qualidade da democracia, se tivermos em conta as análises feitas à participação política e os estudos de opinião podemos mencionar que a influência existe e não tem sido positiva.

Da análise da participação política em Cabo Verde, verificasse uma fraca adesão dos cabo-verdianos a vida política, que começa no não recenseamento eleitoral e vai muito além da abstenção. Os valores da abstenção eleitoral a nível nacional são altos, e um pouco por todo o país, tem batido os máximos nacionais, e este é um sério indicador de um desgaste no que diz respeito a credibilidade da classe política ao longo dos vinte e cinco anos de democracia. A perda de confiança dos cidadão tem sido de certa forma generalizada, no ceio das instituições publicas mas particularmente negativa para os partidos políticos um vez que estes são as instituições que de menos confiança gozam na sociedade, sendo muito frequentemente a calasse política acusada de não dar prioridade aos assuntos públicos em detrimento do particular, ou também de serem somente partidos eleitoralistas.

A bipolarização partidária em Cabo Verde também tem influenciado os média com estes a não cumprirem com rigor o seu papel de serviço público de formar e informar a sociedade com conteúdos isentos. Alguns profissionais da comunicação social são algumas vezes influenciados por este poder partidário e acabam por influenciar a opinião pública, com falta de rigor e isenção. Apesar de tudo isto a liberdade de imprensa em Cabo Verde pode ser revista em alta em comparação com vários estados da nossa região da África e não só, mas ainda um grande trabalho para se fazer.

Importa também realçar que apesar de todos os problemas s os cabo-verdianos na vislumbram outra forma de governo melhor para o país que não seja a democracia.

O domínio partidário bipolar, tem contribuído também para que se levantem várias especulações também sobre a temática de compra de votos que embora ainda não tenha conhecido culpados já é uma nódoa na nossa democracia.

Podemos ainda concluir que a bipolarização partidária de Cabo Verde e um produto da sua transição política primeiramente para pais independente e depois para estado democrático aonde outras forças politicas não foram capazes de contrariar as tendências entrarem também elas nesse processo. Isto veio a ser depois consolidado com uma transição para democracia bipolarizada e materializada anos mais tarde num código eleitoral que não proporciona a mudança deste cenário, particularmente na questão da dimensão dos circos eleitorais um que os círculos pequenos elegem um mais

de metade dos mandatos reduzindo as chances de representação para os partidos menos votados e vincando a desigualdade representativa.

Com o término deste trabalho podemos afirmar que os nossos objetivos foram alcançados. Mas importa realçar que este tema não foi esgotado devido a fatores vários, particularmente a barreira bibliográfica. Existe ainda sobre este tema uma escassez documental muito grande e este trabalho dará também ele, o seu contributo para enriquecer o estudo deste tema de importância basilar para o desenvolvimento de Cabo Verde a Todos os níveis. As conclusões tiradas deste estudo são recomendadas a servirem de inspiração a investigações futuras bem como o aprofundamento deste tema dado a sua importância para qualquer nação.

BIBLIOGRAFIA

Bobbio, N. (1998). O Futuro da Democracia, Uma defesa das regras do jogo. São Paulo, Paz e Terra.

Bobbio, N. (2007). ESTADO, GOVERNO, SOCIEDADE para uma teoria geral da politica. São Paulo, Paz e Terra.

CARDOSO, Humberto (1993). O Partido Único em Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional.

CORREIA E SILVA, A. 1997. O Processo Cabo-verdiano de Transição para a Democracia. Lisboa. ISCTE. [tese de mestrado - texto policiado].

Costa, Bruno Ferreira, Influência do Sistema Político e Eleitoral e do contexto Macroeconómico na Participação nas Eleições Legislativas em Portugal e Espanha (2004 - 2011). Um contributo para o estudo da Democracia, linha https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/8541/2/BRUNO%20COSTA%20_TeseDefinitiva_doc.pdf

Costa, H. (2006). “A Alienação Eleitoral no Brasil: Votos nulos, Brancos e abstenção nas presidenciais de 1989 a 2002” [Em linha]. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/homero_costa/tese_doutorado_homero_costa.pdf> [Consultado em 19/12/2015]

COUTINHO, E. (2012) Partidos Políticos: Inevitabilidade ou nocividade?- uma reflexão Rousseauiana. Revista (ISSN 2182-7567), nº 12, pp.7319-7355 [Em linha]. Disponível em < http://www.idb-fdul.com/uploaded/files/2012_12_7319_7355.pdf> [consultado em 22/11/2015]

CRUZ, M, Braga. (1995). Instituições Políticas e Processos Sociais, Venda Nova: Bertrand.

Cruz,P(2012),[Em linha]. Disponível em < <http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/4675/3/TESE%20-%20DIREITA%20e%20ESQUERDA.pdf>>[Consultado em 10/05/2015].

ÉVORA, R. 2009. Poder legislativo ou Regime Democrático em Cabo Verde. Brasília. Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais [tese de doutoramento - texto policiado].

Farrell, David M. 2001. “Electoral Systems: a comparative introduction”. Nova Iorque, Palgrave.

Fernandes, A. (2008). Introdução à Ciência Política: teorias, métodos e temáticas. Portugal, Porto Editora.

França, F (2008). Crise política: o problema da abstenção eleitoral no Brasil e no mundo [Em linha]. Disponível em <<http://www.periodicos.ufrn.br/interlegere/article/viewFile/4837/3965>> [Consultado em 10/05/2015].

França, F. (2008) “Crise política: o problema da abstenção eleitoral no Brasil e no mundo” [Em Linha] disponível em <<http://www.cchla.ufrn.br/interlegere/revista/pdf/3/le02.pdf>> [consultado Em 14/10/2015].

HUNTINGTON, Samuel. “A Terceira Onda: democratização no final do século XX”. Tradução de Sérgio Góes de Paula. São Paulo: Ática, 1994.

LIMA, Aristides. “Reforma Política em Cabo Verde, do Paternalismo à Modernização do Estado”. Praia: Grafedito, 1992.

Luz, A. (2008). Cabo Verde e o não-alinhamento . [Em linha]. Disponível em <http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/6958/1/TIA%20%20Cabo%20Verde%20e%20o%20N%C3%A3o-alinhamento.pdf>> [Consultado em 10/05/2015].

Pasquino, G. (2002). “Curso de Ciência Política”. Cascais: Principia

Pereira, A. (2002) Um luta, um partido, dois países. Lisboa, Editorial Notícias.

Pinto, B. (2014). “Estado dos partidos políticos na época contemporânea: O caso Cabo-verdiano” [Em Linha] Disponível em <<http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/3472/1/Pinto.2014.%20Est>

ado%20dos%20partidos%20pol%C3%ADticos%20na%20%C3%A9poca%20contempor%C3%A2nea.pdf > [Consultado Em 13/11/15].

Ramos, A. (2012). “Partidos Políticos na Democracia Cabo-Verdiana: Um estudo de caso [1991-2011]”. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. [Em linha]. Disponível em <<http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/handle/10961/2545>> [consultado em 10/05/2015]

Ramos, A. (2012). Partidos Políticos na Democracia Cabo-Verdiana: Um estudo de caso [1991-2011]. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. [Em linha]. Disponível em <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/handle/10961/2545> [consultado em 14/11/2015]

Sanches, E, (2010) “Institucionalização dos Sistemas Partidários na África Lusófona – O caso cabo-verdiano” [Em Linha] disponível em <<https://cea.revues.org/161>> [consultado Em 20/10/2015].

Sanshes, E. (2010), [Em linha]. Disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2270/1/CIEA7_13_SANCHES_Partidos%20e%20Democracia.pdf>[Consultado em 10/05/2015].

Santano, A. [Em linha]. Disponível em <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/28048-28058-1-PB.pdf>> [Consultado em 10/05/2015].

SARTORI, 1982 Giovanni. Partidos e Sistemas Partidários. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: UnB,

SILVEIRA ONÉSIMO, 2005 A democracia em Cabo Verde. Extra-coleção. Lisboa: Edições Colibri,

SILVEIRA, O. 1998. Contribuições para a Construção da Democracia em Cabo Verde – Intervenções 2. Mindelo. Edição de autor.

Soares,P.(2004). vantagens e desvantagens do voto obrigatório e do voto facultativo, [Em linha]. Disponível em <<http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos->

para-discussao/td-6-vantagens-e-desvantagens-do-voto-obrigatorio-e-do-voto-facultativo>[Consultado em 10/05/2015].

Tolentino, C (2007). Universidade r transição social nos pequenos estados em desenvolvimento: o caso de Cabo Verde. Lisboa, fundação Caloust Gulbenkian.

Universidade Católica de Angola, 2001. Sistemas e Processos Eleitorais – funções, implicações e experiências., Representação em Angola, Faculdade de Direito/Fundação Friedrich Ebert.

Varela, B. (2011). Notas sobre o sistema eleitoral Cabo-verdiano e o papel da comunicação social no âmbito das eleições. [Em linha]. Disponível em <[http://www.academia.edu/769540/O Sistema Eleitoral Caboverdiano e o papel da Comunicacao Social no ambito das Eleicoes](http://www.academia.edu/769540/O_Sistema_Eleitoral_Caboverdiano_e_o_papel_da_Comunicacao_Social_no_ambito_das_Eleicoes)> [Consultado em 10/05/2015].

Dados da Comissão Nacional de Eleições

Boletim Oficial da República de Cabo Verde, Suplemento, N.º 3, 25 de janeiro de 1991. Resultados das Eleições Legislativas de 13 de janeiro de 1991,

Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, N.º 52, 27 de dezembro de 1995, Resultados das Eleições Legislativas de 17 de dezembro de 1995,

Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, N.º 2, 22 de janeiro de 2001, Resultados das Eleições Legislativas de 14 de janeiro de 2001,

Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, N.º11, 14 de março de 2006. Resultados das Eleições Legislativas de 22 de janeiro de 2006

Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, N.º9, 9 de março de 2010. Revisão do Código Eleitoral de Cabo Verde.

Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, N.º7, 19 de fevereiro de 2011. Resultados das Eleições Legislativas de 6 de fevereiro de 2011

Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, N.º39, 1 de julho de 2015. Sobre a lei do referendo.

Páginas da internet:

<http://www.afrobarometer.org/fr/>

<http://africanelections.tripod.com/>

<http://www.asemana.publ.cv/>

<http://kapvert.com/>

<http://www.un.cv/>

<http://data.worldbank.org/>

ANEXO

Guião de entrevista

1. Acha que o fenómeno da bipolarização partidária existente em Cabo Verde tem influenciado a qualidade da nossa democracia?
2. Atualmente como avalia o estado dos partidos políticos em Cabo Verde?
3. Na sua opinião quais seriam as condições a serem criadas em Cabo Verde que permita a entrada no campo político Cabo-verdiano de mais partidos políticos, acabando assim com a bipolarização política em Cabo Verde?
4. Como se pode avaliar a temática da abstenção eleitoral em Cabo Verde ao longo dos últimos anos que em muitos casos já chegou a atingir máximos históricos de mais de 50%?
5. Para combater este fenómeno eleitoral faria sentido, tornar o voto obrigatório?
6. Pode-se, de certa forma culpar os políticos e os partidos políticos cabo-verdianos pelos valores da abstenção eleitoral?
7. Se aparecessem novos partidos políticos em Cabo Verde, isto significaria mais democracia?
8. Os média são elementos vitais em qualquer democracia. Acha que em Cabo Verde os média tem vindo a desempenhar bem os seus papéis?
9. Qual a avaliação que se pode fazer da democracia cabo-verdiana no contexto africano e mundial?
10. Que relação se pode estabelecer entre a participação política, partidos políticos e a democracia em Cabo Verde?

-
11. Qual a sua precessão em relação a lei de financiamento publico aos partidos políticos?
 12. O método de Hondt em uso no nosso Sistema Eleitoral tem prejudicado os partidos mais pequenos ou acha justo a aplicação deste método de representação proporcional?
 13. O que falta a nossa democracia?